

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Débora Nunes de Oliveira

**Circulação de crianças e adolescentes em Vargem
Grande Paulista-SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Débora Nunes de Oliveira

**Circulação de crianças e adolescentes em Vargem
Grande Paulista-SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção ao título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação da Profa. Dra. Myrian Veras Baptista.

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo que tenho e por tudo que venho conquistando.

À minha família de origem e extensa pelo carinho, apoio e oportunidades de vivenciar experiências importantes para minha vida pessoal e profissional. Em especial aos meus pais pelo exemplo de vida e apoio nos cuidados aos netos em meus dias de estudo.

Ao Adauto, grande companheiro no incentivo, apoio e garantia de infra-estrutura nas minhas tantas horas de estudos. Principalmente pela compreensão, paciência e parceria, sempre!

Aos meus queridos filhos, Pedro e Marina, que mesmo sem entender bem minhas ausências e me fazendo cobranças, me trouxeram muita colaboração, força e aprendizado.

Aos meus sogros também, pelo carinho, compreensão e apoio nos cuidados aos netos quando precisei.

À minha orientadora Dra. Myrian Veras Baptista, de quem, desde o início tive grande apoio. Pessoa e profissional que tenho muita admiração e que tanto contribuiu na construção desse trabalho. Seu conhecimento, incentivo, orientações, apoio e sua minuciosidade, foram fundamentais!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP pela oportunidade de cursar o mestrado e aos professores que me enriqueceram com suas contribuições teóricas.

Às Doutoradas Marta Silva Campos e Dalva Azevedo Gueirros pelas ricas contribuições em minha qualificação.

Aos grandes amigos pelo incentivo, apoio e companhia nos momentos de compensações.

Aos colegas do Foro Distrital de Vargem Grande Paulista e às juízas e aos promotores de justiça pelo apoio e incentivo.

À amiga Eliana, assistente social com quem desde o início da profissão venho aprendendo e trocando muito (conhecimentos, experiências, angustias e reflexões). Obrigada pela cuidadosa leitura e preciosas contribuições.

Ao Dr. Munir Cury, admirável militante na área da infância e adolescência e precioso parceiro na minha atuação profissional. Sua credibilidade e incentivo no meu potencial foram e são fundamentais.

Às famílias de Vargem Grande Paulista que me concederam as entrevistas, as quais foram tão disponíveis e importantes para que este trabalho tivesse sentido.

À Daillin, professora de inglês da Wizard-Embu pela colaboração em meu abstract.

Ao Tribunal de Justiça de São Paulo pela autorização de minha participação no programa de mestrado.

À CAPES pelo apoio financeiro.

RESUMO

O presente trabalho, “Circulação de crianças e adolescentes em Vargem Grande Paulista” teve como objetivo identificar situações em que crianças ou adolescentes deixam sua família de origem para serem assistidos por outras famílias, instituições ou para viverem na rua. Foram descritos três casos de famílias que viveram em condição de alta vulnerabilidade social.

O intuito não foi identificar as causas, mas sim analisar como se deu a “circulação” e seu significado. Foram crianças e adolescentes acolhidos em famílias extensas ou de acolhimento e que tiveram experiências significativas para constituição de suas redes de relações e de suas histórias.

A idéia era procurar entender quais eram os determinantes para a saída de uma criança de sua família de origem e o que contribuiria ou não para seu retorno. Que motivações uma pessoa teria para acolher em sua família alguém com quem nem sempre tinha vinculação sanguínea? O que representou para os adolescentes, a experiência de estar compartilhando modos de vida diferentes, e nem sempre seguros.

A pesquisa bibliográfica permitiu-me apreender que o cuidado de crianças e adolescentes não pertencentes ao próprio núcleo familiar é uma característica da cultura brasileira e que, cuidar do filho de outro, é uma prática milenar que perdura até os dias de hoje, seja pela via legal ou não. O que é buscado, geralmente, é o bem estar da criança ou do adolescente. A pesquisa de campo demonstrou, ainda, que a pessoa que experienciou em sua infância a vivência do acolhimento de outros em sua família, na idade adulta apresenta predisposição para a acolhida.

Um dos objetivos dessa análise foi levantar elementos que contribuíssem para a implantação do programa família acolhedora no município de Vargem Grande Paulista/SP.

Palavras-chaves: circulação de crianças e adolescentes, criança e adolescente, família, acolhimento familiar.

ABSTRACT

The present work, "Circulation of children and teenagers at Vargem Grande Paulista city" has as objective the identification of situations where children or adolescent leave their original families to be taken care of by other families, institutions or to live on the streets. It was described three cases of families who were living in conditions of high social vulnerability.

It was not intended to identify the causes but to analyze how did it happen the "shift" and its meaning. Children and teenagers were sheltered in wide families and foster families that had meaningful experiences for the formation of their relationship networks and their history.

The idea was to understand which were the major ground for the child leaving his own family and what would and wouldn't concur to his coming back. What were the motivations a person would have to shelter in his own family somebody with whom there was no blood lineage all the time? That presented to the teenagers the experience of sharing different life styles not always safe.

The bibliographic search allowed me to perceive that the foster of children and youths not belonging at one's own family core is a Brazilian culture characteristic. And to foster somebody's child is a milenar practice that persists to this day, being through the legal way or not. The goal is usually to achieve the children or youth well being. The fieldwork has also shown that the person who experienced in his own childhood the foster home in his own family, at adulthood presents the predisposition for shelter.

One of the purposes of this work was to find the elements that may contribute to establish the Shelter Family Program at Vargem Grande Paulista country at São Paulo state.

Key words: circulation of children and teenagers, child and teenager, family, shelter family.

SIGLAS

ARAI – Agenzia Regionale per le Andozioni Internazionali
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referencia da Assistência Social
CREAS – Centro de Referencia Especializado da Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DNA – abreviatura de Ácido Desoxirribonucleico
DRH – Departamento de Recursos Humanos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FDCA/VGP – Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Grande Paulista
FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Social
MM - Meritíssimo
MP – Ministério Público
NCA/PUCSP – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ONG – Organização não governamental
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SAC – Serviços de Ação Continuada
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
VGP – Vargem Grande Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I PARTE: APROXIMAÇÕES AO OBJETO DA PESQUISA.....	14
1- SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	15
2- BREVES REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE FAMÍLIA.....	19
3- A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS COMO UM FENÔMENO CULTURAL.....	22
II PARTE: A PESQUISA.....	28
1- O UNIVERSO NO QUAL FOI REALIZADA A PESQUISA: VARGEM G. PAULISTA.....	29
2- A PESQUISA: A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA.....	39
3- DEPOIMENTOS QUE COMPÕEM A HISTÓRIA DE CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA.....	42
3.1- A HISTÓRIA DE LUIS: A CIRCULAÇÃO DE UM JOVEM.....	42
3.2- A HISTÓRIA DE PATRÍCIA: A CIRCULAÇÃO DE UMA JOVEM.....	57
3.3- A HISTÓRIA DE JANETE: UMA FAMÍLIA DE “CIRCULAÇÕES”.....	72
4- ANÁLISE DESSAS HISTÓRIAS, E DE SEU SIGNIFICADO COMO EXPRESSÃO DE UM COLETIVO.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS.....	95

INTRODUÇÃO

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida... e à convivência familiar e comunitária.”
Art. 4 do ECA

Esta pesquisa teve por objeto o fenômeno da circulação de crianças e adolescentes no município de Vargem Grande Paulista. A motivação por este tema surgiu do interesse pela implantação de um Programa de Famílias Acolhedoras no município, o qual se encontrava em “gestação”. No início de minhas orientações para o mestrado, houve o entendimento de que o estudo de uma prática já recorrente no município - a da circulação de crianças mesmo que de maneira informal - poderia oferecer subsídios a esse trabalho.

Tive também oportunidades de vivenciar em minha família de origem a experiência de acolher, por curtos períodos, crianças e adolescentes que estiveram em circulação, ou seja, saíram de sua família por conflitos familiares ou por situações de risco.

A ênfase neste estudo foi dada a situações de circulação de crianças e adolescentes não apenas àquelas que ocorrem entre famílias, mas também as que ocorrem em instituições ou por vivência na rua. Nela existem casos de acolhimento familiar que ocorreram através do poder judiciário, a partir das ações de guarda e, outros, espontâneos, mas que foram permeados pela circulação. As situações de circulação, entre famílias e instituições, estudadas foram decorrentes das relações entre familiares, vizinhos e terceiros, situações estas trabalhadas na literatura da área como ‘circulação de crianças’. As situações de vivência na rua decorreram de movimentos espontâneos das próprias crianças/adolescentes como alternativa às violências vividas na família original ou, ainda, na família acolhedora.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade sobre a infância e a juventude foi dividida entre Estado, família e sociedade com base nas prerrogativas da Constituição Federal. A legislação procura prevenir que crianças e adolescentes se encontrem em situações tão vulneráveis como as vividas pela violência, exploração do trabalho infantil, abandono e tantas outras que os colocam em risco. No entanto, a aplicabilidade da legislação não vem dando conta desta questão social, pelo fato de a mesma ser fruto das desigualdades de classe e dos mecanismos de exclusão, os quais não têm contrapartida suficiente nas políticas públicas.

Historicamente, a resposta para essa situação foi a institucionalização de crianças e adolescentes, afastando-os de sua família de origem e, em alguns casos, até mesmo privando-os da convivência familiar e comunitária. No entanto, a partir de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 19 diz que “toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. Estudos realizados nos mostram que a superação das questões históricas ainda não ocorreu:

“As principais causas que levam ao afastamento da família são situações classificadas como violações de direitos da criança, mencionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente. É o caso da violência intrafamiliar, como abuso físico, negligência, abuso sexual, exploração pelo trabalho infantil, entre outros. Superados esses problemas, com frequência, a situação de pobreza que se mantém acaba sendo um obstáculo à permanência da criança junto aos seus”.(RIZZINI, 2006:23)

Minha inserção no Foro Distrital de Vargem Grande Paulista, em julho de 2006, associada à minha trajetória pessoal e profissional na área da infância e juventude, me permitiu perceber que estava assumindo um novo desafio: pensar de que forma poderia contribuir para a melhoria de vida de crianças, de adolescentes e de suas famílias, principalmente aquelas que, em

situação de vulnerabilidade, iam a procura do judiciário ou que eram a ele direcionadas. Este desafio foi que forjou a base para meu compromisso ético-político e profissional.

Passei a conhecer um pouco da realidade dessa população – conhecimento do qual ainda estou me apropriando - e pude perceber que há profissionais e instituições, como o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o CMDCA e os Abrigos que estão empenhados em implementar a política de proteção integral à infância e à juventude.

Por outro lado, efetivamente, há muito que se melhorar nessa política, principalmente porque ainda inexiste um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente devidamente organizado e funcionando efetivamente. Pode-se dizer que esta organização, em Vargem Grande Paulista, está em processo pois, desde a implantação do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Grande Paulista, maio/2007, através de reuniões mensais e encontros de formação e capacitação, vários atores sociais de setores governamentais ou não, têm participação significativa na discussão dessa questão e presença nas reuniões e nos espaços de formação.

Diante dessas questões relevantes, me propus ao estudo da circulação de crianças no município de Vargem Grande Paulista, sob a prerrogativa da convivência familiar e comunitária. Espero que esta pesquisa contribua para a implantação do projeto Famílias Acolhedoras, fruto dos esforços das diferentes instituições do Sistema de Garantias dos Direitos, fornecendo subsídios sobre uma prática que já acontece no município, o que irá permitir que se leve em conta a cultura da população. Além disso, possivelmente, poderá legitimar a atuação do serviço social judiciário, em uma perspectiva de proposição de práticas, uma vez que o mesmo compõe o setor técnico e tem um papel fundamental nos procedimentos que envolvem as questões da infância e adolescência.

Essa dissertação foi dividida em duas partes, na primeira trato das aproximações ao objeto da pesquisa. No capítulo 1 descrevo brevemente o

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente-SGDCA, sua definição, composição e proposta de ampliação. No capítulo 2 faço breves reflexões sobre o significado de família. No terceiro descrevo sobre o fenômeno da circulação de crianças, com base no pensamento da antropóloga Claudia Fonseca.

Na segunda parte trato da pesquisa. Primeiro apresento algumas características do município de Vargem Grande Paulista que considere importante para situar o leitor e ao mesmo tempo, por entender que suas peculiaridades estão vinculadas às formas de manifestação do fenômeno de circulação. Permite-me também descrever como vem se dando o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente-SGDCA em Vargem Grande Paulista desde 2006. Não que este seja um marco, mas é um período do qual tenho informações um pouco mais precisas. Faço um breve histórico do Foro Distrital, expondo sua atual estrutura e procuro demonstrar como faz diferença quando a justiça se mostra engajada e atuante. O Foro Distrital foi o universo da minha pesquisa, o local onde busquei os dados nos processos da Infância e Juventude da Vara Única, no período de 2001 a 2008.

No segundo capítulo, descrevo como se deu a pesquisa no Fórum de Vargem Grande Paulista a qual ofereceu elementos para a escolha dos casos entrevistados, apresentados no terceiro capítulo.

Este terceiro capítulo é composto por um breve histórico de três casos de circulação a partir de depoimentos e de dados de processos. Trata de dois adolescentes que viveram e ainda vivem situações de circulação e uma atual adulta, guardiã de um deles que, no decorrer das entrevistas, identifiquei como um interessante caso de circulação, elegendo-o também como objeto de estudo.

E por último, faço a análise dessas histórias e de seus significados, tomados como expressão do coletivo particular a que esses adolescentes pertencem. Na seqüência, desenvolvo algumas considerações finais.

I PARTE: APROXIMAÇÕES AO OBJETO DA PESQUISA

- 1- SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
- 2- BREVES REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE FAMÍLIA**
- 3- A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS COMO UM FENÔMENO CULTURAL**

1- SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANCAS E ADOLESCENTES-SGDCA

“Os meninos e o povo no poder, eu quero ver...”
Milton Nascimento

No século XVIII o Estado brasileiro foi estruturado tendo por perspectiva três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Na constituição de 1891, dois anos após a proclamação da República, foi evidenciada a separação entre eles, a qual se mantém até hoje.

Na área dos direitos da criança e do adolescente a legislação do nosso país, a partir de referenciais internacionais, desenvolveu-se no sentido de garantir à infância e à adolescência o papel de sujeitos de direitos individuais e coletivos. Essa conquista se deu com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 227, determina: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*. Essa mudança trouxe aos poderes públicos, à família e à sociedade o compromisso de que todos se responsabilizassem pela proteção às crianças e adolescentes de qualquer classe social, religião ou etnia.

Essa determinação constitucional, na área da infância e da adolescência, foi operacionalizada através da lei 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, quando o país equipou-se legalmente para assumir a doutrina de proteção integral em substituição da doutrina de situação irregular, como acontecia na vigência dos códigos de menores de 1927 e 1979.

É importante considerar o esforço de instituições e profissionais na busca de mudanças, as quais não podem ser meramente legais. Isto porque estas mudanças estão intrinsecamente ligadas à dependência das políticas sociais públicas, às determinações de ordem econômica e, ainda, à cultura de subordinação, de alienação político partidária e da fragilidade dos mais pobres face a luta pela garantia de seus direitos, inclusive aqueles dos quais depende a sua sobrevivência.

Em outubro de 1992 no III Encontro Nacional da Rede de Centros de Defesa, Wanderlino Nogueira formulou e apresentou a proposta de um Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Com base nessa proposta, em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos assinou a resolução de nº 113 que definia parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do referido sistema, o qual “...constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”.

Este sistema compõe-se de três eixos:

1- Eixo da **Defesa dos Direitos Humanos**, o qual, segundo pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da PUCSP¹, *“...caracteriza-se, portanto, por ser a via do acesso à justiça, ou seja, de acesso às instâncias públicas e aos mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, que têm a responsabilidade de assegurar, em concreto, a sua impositividade e exigibilidade. Nele, são realizadas atividades jurisdicionais – organizacionais, processuais e procedimentais - asseguradoras da efetividade e da eficácia da garantia de*

1 Definição constante na pesquisa intitulada: Competências, atribuições e responsabilidades das instituições que compõem o sistema de proteção, nos trabalhos com famílias em situação de alta vulnerabilidade, cujos filhos se encontram afastados temporariamente de sua convivência por determinação judicial. São Paulo, 2008.

direitos.” Os órgãos que o compõem são: os públicos judiciais; o ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; as defensorias públicas; a advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; as polícias; os conselhos tutelares; as ouvidorias e as entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

2- Eixo da **Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes**, também, segundo o mesmo documento do NCA/PUCSP, esse eixo “... *configura as responsabilidades do Estado e da sociedade pela gestão do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste eixo, são operadas ações que têm como base diagnósticos situacionais e institucionais e diretrizes gerais que se efetivam, principalmente, com a criação, implementação e qualificação/fortalecimento de serviços/atividades; de programas/projetos, específicos e próprios (como aqueles elencados no art.90 do ECA); e de políticas públicas em geral, quando disserem respeito à infância e à adolescência. Essas ações são operadas por entidades de atendimento governamentais e não governamentais...*”

3- Eixo do **Controle e Efetivação do Direito**, por esse eixo, a sociedade civil exerce monitoramento, acompanhamento, análise, avaliação, correição e responsabilização política, enquanto controle social externo, tanto da formulação e do desenvolvimento das políticas públicas (não só as sociais), quanto da administração da justiça (NCA/PUCSP, 2008). Realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e 3) os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso, de forma geral, o controle social deve ser exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

Em sua exposição na Conferência Municipal da Criança e do Adolescente de Vargem Grande Paulista, em 25 de junho de 2009, Myrian Veras Baptista fez uma reflexão da importância de se acrescentar mais outros

dois eixos para a instituição dos direitos. Argumentou que, os processos permanentes de mudança que incidem sobre as relações de sociedade, fazem com que a garantia dos **direitos básicos** de crianças e adolescentes leva à necessidade de contemplar também os eixos referentes à **instituição do direito** e ao de sua **disseminação**. Isto significaria que o **sistema de garantia de direitos** proposto teria que contemplar, na sua configuração, o eixo no qual o 'direito legal' é instituído, onde é estabelecido o sistema normativo, configurado pelas leis e regras que norteiam as relações da sociedade, cuja responsabilidade de operação é do Sistema Legislativo, órgão que necessita ser sensibilizado e capacitado para um melhor entendimento na proposição e aprovação de leis que dizem respeito à política para a infância e adolescência.

O outro eixo, da **comunicação e disseminação do direito** detêm, segundo a conferencista, *as ferramentas mais eficazes para a (re)construção do olhar sobre crianças e adolescentes e seus direitos, no contexto da sociedade, de modo que os mesmos sejam reconhecidos e respeitados. Participam desse eixo os diferentes meios de comunicação e de formação: as instituições educativas (escolas primárias e secundárias, institutos politécnicos, universidades), a mídia (imprensa, rádio, televisão) e demais meios de comunicação (internet, espaços de encontro e discussão e outros). Os profissionais que atuam nestas instituições podem também ser considerados **atores estratégicos** por ocuparem espaços onde a circulação e a estruturação de significados, constituem um terreno sólido para forjar representações e práticas garantidoras dos direitos humanos.*

2- BREVES REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE FAMÍLIA

A família não pode ser vista como algo naturalizado e sim como um tipo especial de relações resultantes de transformações históricas, sócio políticas e culturais. Na constituição de sua cultura, o Brasil recebeu influencia indígena, européia e africana, mas prevaleceu o modelo dominante – a cultura européia - o qual teve como referencia a organização nuclear burguesa. Este é um modelo em que o homem tem o papel de provedor, a mulher de cuidadora e os filhos são assumidos como seres em desenvolvimento. Esta é ainda a forma idealizada de família, o que não quer dizer que seja a maneira de organização prevalecente, uma vez que novos arranjos familiares surgiram e outros se explicitaram. Por exemplo, temos famílias chefiadas por mulheres, netos criados por avós e situações familiares nas quais o provimento vem dos filhos.

As mudanças mais significativas se iniciaram com a ampliação da industrialização porque possibilitou que a mulher exercesse papel no mundo público através do trabalho, lhe trazendo outras perspectivas de vida, que não apenas cuidar da casa e ter filhos. Sarti (2007:22) destaca, nessas mudanças, a importância das intervenções tecnológicas - a pílula e a reprodução assistida - pois "...implicam, pelo menos em algum nível, a introdução da noção de 'escolha', seja para evitar a gravidez, seja pra provocá-la por meios 'não naturais'".

A mesma autora (2007:24) ressalta as mudanças no plano jurídico no que diz respeito ao estatuto legal da família sob influencia do movimento feminista e a luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes:

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institui duas profundas alterações no que se refere à família: 1. a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem

e pela mulher; 2. o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como “sujeitos de direitos”. Com o exame de DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai e da mãe.

Tais mudanças trouxeram muitos benefícios, principalmente para as mulheres, que em alguns casos, passaram a usufruir de autonomia e de possibilidades para a melhoria de suas vidas. Por outro lado, tiveram suas responsabilidades redobradas porque, em muitas situações, ela é quem continua a se responsabilizar pela administração e execução de tarefas do lar. Já do homem se espera não apenas a garantia de subsistência, mas o compartilhamento nos cuidados do lar e também atitudes que inspirem a moral e o respeito.

Nesta dissertação trato de famílias das chamadas classes populares, as quais geralmente se situam na periferia das cidades e sofrem mais diretamente os percalços advindos da questão social. Por questões de moradia, desemprego, violência e até mesmo por vínculo afetivo, dispõem de variados arranjos familiares. Mesmo que os homens estejam assumindo mais a paternidade do que há alguns anos, seja por sua vontade ou por força da lei, ainda cabe à mãe a maior parte da responsabilidade pelo cuidado da família.

A importância da abordagem do tema, circulação de crianças, se evidencia em razão da ação profissional do Serviço Social ter grande vinculação com as questões relacionadas às famílias que usam seus serviços, nas quais, em boa parte, nos deparamos com situações que têm imbricações com a questão social.

Com todas as implicações que a vida familiar oferece, considero que, se tratando de um ambiente adequado, a família seja o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança ou de um adolescente. Porque o cotidiano se apresenta como um laboratório de vivências que os preparará para a vida adulta. As famílias no geral - incluindo as mais pobres - apresentam muitas potencialidades. São potenciais que muitas vezes não são visíveis, cabendo então, a intervenção de profissionais devidamente preparados para auxiliá-las nesse resgate ou descoberta.

Por outro lado, não deixo de considerar que há famílias bastante nocivas às crianças/adolescentes, que os colocam em situações de violações dos seus direitos, lhes causando danos físicos e/ou psicológicos irreparáveis ou até mesmo a morte. Geralmente são famílias que vêm de um histórico de violências, privações e perdas, incapacitadas de romperem o ciclo de exclusão e violência por não terem a devida interferência do Estado através de ações sociais, de segurança pública e jurídicas.

3- A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS COMO UM FENÔMENO CULTURAL

"A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá ...
Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração..."
Chico Buarque

A circulação de crianças é um tema ainda não muito explorado, de forma direta, pelo serviço social. No entanto, ao tratar do acolhimento familiar, indiretamente, este fenômeno é lembrado, pois é recorrente deparar-se com famílias que acolheram crianças e adolescentes de maneira informal, sem que tivesse havido a intervenção jurídica para essa tomada de decisão.

Considero, portanto, que a discussão sobre a 'circulação de crianças' tem estreita vinculação com o Serviço Social porque está diretamente ligada às questões de família e, em boa parte, àquelas situações postas aos assistentes sociais quando lidam com as imbricações da questão social.

Nos contatos que tive com esta temática através da pesquisa bibliográfica, percebi o interesse da Antropologia em abordar as questões de crianças que transitam dos cuidados de sua família para os cuidados de outra(s), focando as várias vinculações afetivas que se estabelecem ao longo das convivências e a experiência de ter várias mães, quebrando o paradigma de que "mãe é uma só". Ao mesmo tempo, essa perspectiva valoriza as formas alternativas que as comunidades populares encontram para resolverem problemas como os relacionados à miséria e à violência.

A antropóloga Claudia Fonseca² foi quem construiu o conceito de 'circulação de crianças', referindo-se àquelas situações nas quais "a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto a outro". Em sua pesquisa sobre o tema, constatou dois fatores preponderantes. Um,

² Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

relacionado ao tipo de união vivenciada pela genitora e, outro, relacionado à idade da mãe ao ter o filho, considerando que “o número maior de uniões (ou a não união) e a precocidade com que a mãe teve o filho aumentam as chances de a criança circular”.

A mesma autora fala da relação entre a circulação e a pobreza: *...é preciso evitar o determinismo econômico que vê, em práticas como a circulação de crianças, nada além da “anomia”, resultado da pobreza. Em nossa análise sobre a circulação de crianças, a privação econômica é obviamente um fator-chave. Todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar. Além do mais, a evidência histórica até aqui trazida à baila, embora parca, indica que a circulação de crianças tem sido comum entre os pobres urbanos do Brasil pelo menos nos últimos dois séculos. Mesmo se certas práticas se iniciaram como estratégias de sobrevivência ad hoc, é inconcebível que, depois de dez gerações, não tenham adquirido um significado específico integrado a um modelo cultural (2006:17).*

Em um artigo sobre a demografia das crianças em circulação no Brasil, considerando as PNADs³ de 1985, 1996 e 1999, Márcia Milena Pivatto Serra⁴ observa que: a maioria das crianças em circulação tinha menos de um ano de idade; geralmente quem mais acolhe são os familiares; os principais motivos das circulações são financeiros e separações conjugais; as crianças mais velhas tendem a morar mais longe das mães do que as mais novas; e crianças negras e pardas circulam mais que as brancas.

Em uma exposição no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da PUCSP em março de 2008, Erica Brasil referiu que o acolhimento familiar na área psicossocial e jurídica se apresenta com vários nomes: família guardiã, família acolhedora, entre outros. Já para a antropologia, a sociologia e a história, o conceito de circulação de crianças,

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

⁴ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), através do PRODOC/CAPES.

corresponde à entrega, por diversos motivos, de uma criança para que seja cuidada por outra família que não a sua.

A expositora referida relatou que essa prática existe nos países anglo-saxônicos desde a idade média: a criança pertencente a um grupo costumava ser enviada para viver com outras famílias tendo em vista trabalhar, aprender certas habilidades ou vivenciar outras formas de educação.

No Brasil, nos últimos anos, o tema 'circulação de crianças' costuma vir a tona quando se começa a investir no acolhimento familiar, por tratar-se de um adulto acolhendo em sua família o filho do outro por motivos diversos e nem sempre pelas vias legais. Sua relevância está no que considero serem suas características principais: no fato de serem as próprias famílias que encontram uma alternativa para o cuidado de suas crianças (que não o acolhimento institucional) e, também, o de outras famílias disponibilizarem seus recursos para acolherem alguém que nem sempre faz parte dela, biologicamente. Essa circulação voluntária de crianças possibilita que ela usufrua de seu direito a uma convivência familiar e comunitária mesmo em tempos em que suas famílias enfrentam situações adversas.

Há que se observar que a circulação de crianças, principalmente entre diferentes famílias, não é um fenômeno exclusivo da classe popular. O que geralmente ocorre em outras classes é que os motivos dessa circulação estão mais ligados à separações dos pais ou a facilidades de acesso aos estudos. O que não quer dizer que também não ocorra por negligência ou abandono. É na classe popular que a circulação, que envolve a rua e instituições de acolhimento se dá com mais frequência.

A circulação de crianças é um tema atual, pois após muitas reflexões e contribuições de alguns setores da sociedade, em dezembro de 2006, no Brasil, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção e Proteção à Convivência Familiar e Comunitária, no qual o acolhimento familiar é referido como uma das possíveis medidas protetivas.

Um dos principais propósitos desse plano é intensificar o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, contrapondo-se à cultura de institucionalização, principalmente quando a mesma não se coloca como a alternativa mais adequada. Isto significa que a institucionalização de crianças ou adolescentes pode ser indicada em situações específicas e que o sistema de promoção de direitos necessita de diferentes alternativas para situações diversas. Nesse sentido, “chama” os profissionais, principalmente os operadores da lei, a serem mais criteriosos na aplicação das medidas de proteção, notadamente na de acolhimento institucional – o abrigo.

O direito à convivência familiar já vinha sendo garantido mesmo antes do PNCFC, tendo sido objeto de determinação na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, depois, no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, em seu artigo 4º e, ainda, na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, também deliberou sobre a importância da convivência familiar e comunitária em seus princípios: “III-Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária...”. Nesse sentido, as ações no âmbito da assistência social passam a assumir a centralidade na família, pois este é o primeiro espaço onde são exercidas as funções básicas para o desenvolvimento de uma pessoa.

Mesmo com esse aparato legal e de políticas, aliado à conquista da democracia participativa com a implantação de Conselhos de Direitos e Tutelares, ainda é grande o número de crianças que são afastadas de sua família natural porque esta não lhes oferece condições mínimas para um desenvolvimento saudável. É importante ressaltar que não deve ser a condição sócio-econômica o determinante para esse afastamento, pois o ECA em seu artigo 23 dispõe: “A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder” (hoje poder

familiar); no parágrafo único, “não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio”.

Porém, por falta de efetivação dessa política de assistência de forma eficaz e efetiva, geralmente crianças e adolescentes permanecem nos abrigos por muitos anos, pois as suas famílias não dispõem de condições e não podem contar com o apoio de familiares e nem de uma rede de proteção, da qual o Estado necessariamente faz parte pelo preceito legal acima.

Quando as mães se encontram sozinhas, espera-se, geralmente, que possam contar com uma rede de apoio composta por familiares e/ou por terceiros e com uma rede institucional composta por programas sociais, como os de transferência de renda, os de creches e escolas em período integral, os de apoio habitacional, dentre outros. Porém, aquelas que não conseguem esses apoios geralmente vêm-se frente à necessidade de deixar o filho com terceiros ou sob a responsabilidade do Estado, em acolhimento institucional (abrigos) ou em acolhimento familiar (famílias acolhedoras). É lamentável que em boa parte dos casos, não há a responsabilização de pais (homens) que abandonam os filhos, material e afetivamente. E isso muitas vezes acontece porque não chegam ao judiciário as informações necessárias para tal, pois as mães ou familiares não têm o hábito ou o conhecimento necessário para recorrerem a esse direito.

Em decorrência dessa situação, por mais que a Constituição Federal, em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente nos seus artigos 4º, e do 19º ao 24º, garantam às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária, este direito em muitos casos não vem sendo cumprido.

Ainda que o artigo 4º estabeleça que *é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar (...) a convivência familiar e comunitária*, uma das grandes causas de abusos ou

omissões em relação às crianças/adolescentes em nosso país vem se dando porque a culpabilização ou a responsabilização pelas situações ora é dirigida à família, ora ao estado, ora à própria sociedade: esta fragmentação da responsabilidades impede a visão da importância de ações comuns, conjugadas e mais efetivas.

Considero que essa situação ocorra pela associação de problemas decorrentes da prioridade econômica do país, agravada pelo abandono e negligência daqueles que por elas são responsáveis, seja da família, seja do Estado, seja da sociedade. Este tipo de abandono/negligência configura-se como resultado de uma incompletude no cumprimento das responsabilidades desses atores que, segundo a legislação é de todos e não, de um ou de outro. Quando um destes não as assume, a situação tende a tornar-se crítica.

Nesse mesmo sentido, algo que favorece a identificação de uma família com melhores condições para assistir uma criança é a sua rede de ajuda mútua, geralmente formada por familiares, vizinhos ou conhecidos. Pessoas que de alguma forma já mantiveram contato com a criança ou seus familiares e estabeleceram algum vínculo afetivo.

Alguns profissionais ou instituições incorrem ao erro de não reconhecerem a existência dessa rede social de apoio por considerá-la algo informal. Segundo, Lia Sanicola, “...quando se nasce tem uma parte do capital humano e a outra vai se adquirindo aos poucos”⁵. Esse capital humano é composto de fatores importantes para o desenvolvimento da pessoa, e passíveis de serem transmitidos pela família e pelas redes.

⁵ Fala da autora italiana no lançamento do seu livro “As dinâmicas de rede e o trabalho social”, lançado no Brasil em 2008.

II PARTE: A PESQUISA

- 1- O UNIVERSO NO QUAL FOI REALIZADA A PESQUISA: O MUNICÍPIO DE VARGEM G. PAULISTA**
- 2- A PESQUISA: A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA**
- 3- DEPOIMENTOS QUE COMPÕEM A HISTÓRIA DE CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA**
 - 3.1-A HISTÓRIA DE LUIS: A CIRCULAÇÃO DE UM JOVEM**
 - 3.2-A HISTÓRIA DE PATRÍCIA: A CIRCULAÇÃO DE UMA JOVEM**
 - 3.3-A HISTÓRIA DE JANETE: UMA FAMÍLIA DE “CIRCULAÇÕES”**
- 4- ANÁLISE DESSAS HISTÓRIAS, E DE SEU SIGNIFICADO COMO EXPRESSÃO DE UM COLETIVO**

1- O UNIVERSO NO QUAL FOI REALIZADA A PESQUISA: O MUNICÍPIO DE VARGEM G. PAULISTA

O município de Vargem Grande Paulista está inserido na região metropolitana da Grande São Paulo e dista 39 quilômetros em linha reta da capital. Possui uma área total de 37 Km² e limita-se com as localidades de Cotia, Itapevi e São Roque, localizando-se entre os quilômetros 39 e 45 da Rodovia Raposo Tavares (SP 270).

Mapa da Região Grande São Paulo, com destaque a capital



Fonte: www.sp-turismo.com/grandesp

No que diz respeito aos aspectos econômicos, é importante a sua produção agrícola, verificada em cerca de 40 propriedades rurais, inserindo-se assim no "cinturão verde" que abastece a cidade de São Paulo. Os principais produtos deste setor são: flores, hortaliças, legumes, milho e plantas ornamentais. As indústrias instaladas no Município contribuem para a arrecadação e para o aproveitamento da mão de obra local. Registram-se

indústria têxtil, laboratório de vacinas animais, fábrica de condutores elétricos, equipamentos de energia solar, indústria de móveis para banheiros, entre outras. O comércio é ativo e bastante diversificado, atendendo convenientemente às necessidades de abastecimento do município ⁶.

Segundo dados da Fundação SEADE deste ano, o município conta com 46.286 habitantes, destes, 25,94% com menos de 15 anos e em 2000 apresentava uma taxa de 7,68% de analfabetismo da população de 15 anos e mais. De acordo como o IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2002 da referida fundação, se encontra na classificação do grupo 2 - municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais. A população dispõe de poucos recursos de infra-estrutura, o que favorece a migração para cidades próximas, seja para trabalho ou para procura de novas alternativas de vida.

Vem aumentando consideravelmente o uso de drogas entre os adolescentes, a evasão escolar, a gravidez precoce e as suspeitas de envolvimento com prostituição. Supõe-se que essa situação ocorra por ser grande a defasagem escolar entre eles, a miséria da família, a falta de emprego, a falta de atividades complementares à escola e de locais para lazer. Como alternativa de entretenimento, alguns desses jovens freqüentam a praça principal ou casas noturnas, que favorecem o uso de drogas, prostituição e sexualidade de risco.

Em julho de 2006, quando assumi o serviço social do Foro Distrital de Vargem Grande Paulista, percebi que naquela cidade não havia um SGDCA organizado, e sim alguns profissionais ou instituições mais disponíveis para o trabalho em rede. Por aquela época, chegou ao meu conhecimento que há pouco tempo o poder judiciário convidara as instituições ligadas às questões da infância e da adolescência do município, para fazerem parte de um programa que visava à redução da violência, principalmente nas escolas.

⁶ fonte www.vargemgrandepaulista.sp.gov.br

Houve um primeiro encontro, mas depois apenas alguns profissionais continuaram se reunindo com representante do CMDCA e do CT. Em poucos meses de trabalho no município, me interessei em conhecer os serviços de atendimento e se havia trabalho integrado. Em contato com algumas pessoas, lendo as atas de registro das poucas reuniões daquele pequeno grupo que haviam sido realizadas e com o apoio do Setor de Conciliação do Forum, na pessoa do dr. Munir Cury, passei a fomentar uma proposta de organização de um Fórum de Defesa. Esta proposta foi encampada pelo referido conciliador e aceita pela juíza e pelo promotor de justiça.

Portanto, desde maio de 2007, data da primeira reunião⁷, o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Grande Paulista-FDCA/VGP, vem se reunindo mensalmente e se tornando referência para as questões pertinentes à infância e à juventude do município. Além de proporcionar formação e capacitação aos participantes, este Fórum tem por objetivo influenciar a política de atendimento do município. Ao mesmo tempo em que faz análise crítica dos serviços prestados, considera o potencial já existente e busca identificar outros.

Entendemos que a partir do momento que as instituições, os profissionais, poder publico e pessoas interessadas se conheçam, troquem experiência, busquem formação e informação de interesses comuns, façam avaliação da política prestada e proposições que qualifiquem essa política, contribuam no funcionamento do SGDCA. Considero que a o município vem caminhando para isso, mas ainda há culturas a serem rompidas, esclarecimentos a serem alcançados e realizadas ações mais integradas. Outro grande desafio é o controle social por parte da população, a qual, aos poucos vem se apropriando do funcionamento desse sistema.

7 Instituições presentes: Poder Judiciário (Juíza, Serviço Social e Setor de Conciliação), Ministério Público, Abrigos, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Diretoria Regional de Ensino de S. Roque, Sec. Municipal de Educação, Sec. de Ação e Des. Humano, Sec. Mun. de Saúde, Polícia Militar, Delegacia de Polícia, Guarda Civil Metropolitana, ONG's, Equipe da Liberdade Assistida e OAB. Além dessas, outras instituições passaram a participar: Pastoral da Criança, Associação Comercial, Câmara Municipal e pessoas interessadas.

Rede de serviços disponíveis em Vargem Grande Paulista

Apesar de Vargem Grande Paulista ser um município novo administrativamente, pois, possui 28 anos de emancipação, detém alguns potenciais de desenvolvimento principalmente na área da infância e juventude perceptíveis pelo interesse dos profissionais e instituições. Porém, o índice de desenvolvimento econômico e social da cidade ainda é baixo. Os serviços prestados pelo poder público e por ong's, ainda é insuficiente.

Abaixo descrevo os serviços disponíveis para atendimento da população infanto-juvenil e as famílias:

Por parte do **Poder Executivo** (Municipal e Estadual):

- 8 escolas estaduais
- 21 escolas municipais
- 9 creches municipais
- 5 unidades básicas de saúde
- 1 Centro de Referência da Assistência Social -CRAS⁸
- 1 abrigo municipal para crianças e adolescentes
- Programas de Transferência de Renda: Bolsa Família, Agente Jovem e Renda Cidadã;
- Cursos Profissionalizantes para jovens e adultos;
- Atividades de informática, esporte, música e dança⁹.

Terceiro Setor:

- 2 ONG's que oferecem atendimento sócio-educativo em horário complementar à escola (Escola Madre Rossello e Projeto Jardim Margarida);
- 1 ONG atende crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais na área da saúde mental.
- Programa Famílias Solidárias (recém-implantado) que abrange os projetos: Família Acolhedora, Família Eventual e Família de Apoio. Uma parceria do Poder Judiciário, Ministério Público, Setor de Conciliação, Congregação Filhas

⁸ Existe demanda para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, mas ainda não foi instalado no município e nem há unidade de referência em outro.

⁹ São oferecidos em poucos bairros do município, sendo o centro o mais contemplado. O que dificulta o acesso de muitas crianças e adolescentes nesses cursos.

de N. Sra. Misericórdia, Agenzia Regionale per le Andozioni Internazionali-ARAI, Prefeitura Municipal, CMDCA e Conselho Tutelar.

No que se refere à medida de proteção abrigo, no período de 2006 a 2008 houve redução de mais de 50% no número de abrigamentos. A partir de levantamento por mim realizado, pude verificar que, assim como os dados nacionais, a maior parte das crianças e adolescentes que se encontravam nessa medida tinham como causa a pobreza da família¹⁰. O fato de reduzir o número de abrigados não ocorreu apenas pela implantação do serviço social no fórum, mas também pelo empenho dos demais profissionais envolvidos nas situações, calcados na preservação do direito de toda criança e de todo adolescente à convivência familiar e comunitária.

A partir dos atendimentos realizados e contato com as pessoas, percebi também que, no município, ainda perdura a cultura de acolhimento familiar informal, em que famílias acolhem crianças e/ou adolescentes a fim de oferecer-lhes condições um pouco melhores de subsistência, além de vínculo afetivo. Estes acolhedores podem ser familiares da criança/adolescente ou não. Quando alguma circunstância especial torna necessária a formalização do acolhimento, o poder judiciário é buscado.

Foro Distrital de Vargem Grande Paulista- Comarca de Cotia/SP

Segundo o site da Wikipedia, ao judiciário cabe, a “função jurisdicional, também chamada jurisdição. Trata-se da obrigação e da prerrogativa de compor os conflitos de interesses em cada caso concreto, através de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas”. Bem como, “o controle de constitucionalidade. Tendo em vista que as normas jurídicas só são válidas se se conformarem à Constituição Federal,

¹⁰ O levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada - a Rede SAC, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDA), em 2003 constatou que 24,2% dos acolhimentos institucionais estavam relacionados à pobreza.

a ordem jurídica brasileira estabeleceu um método para evitar que atos legislativos e administrativos contrariem regras ou princípios constitucionais”.

O poder judiciário de São Paulo se organiza em Tribunais, vinculados à Justiça Federal. O Tribunal de Justiça possui uma estrutura organizacional para abranger todo o território e para tal, é composto por 56 circunscrições judiciárias e 338 comarcas. Essas comarcas abrangem um ou mais municípios e/ou distritos. No interior do Estado, cada circunscrição tem sede administrativa em uma das comarcas.

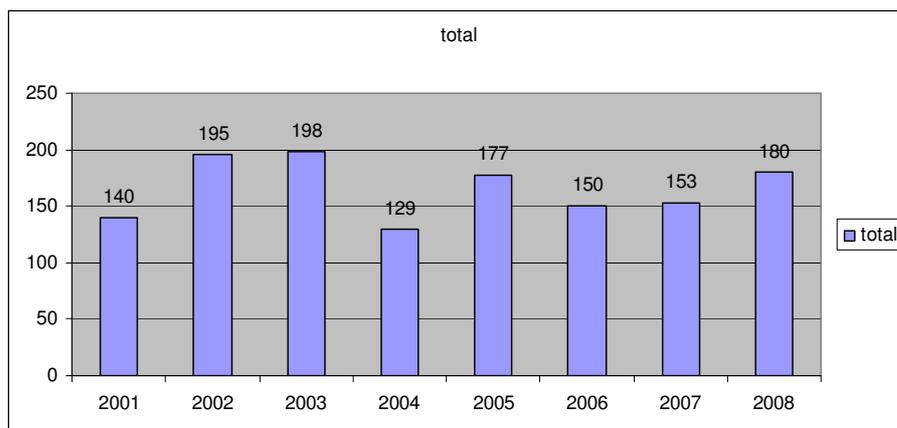
O Foro Distrital de Vargem Grande Paulista foi implantado em 1999 e compõe a Comarca de Cotia, a qual faz parte da 52ª Circunscrição Judiciária de Itapeverica da Serra. De acordo com o número de habitantes, o de processos, o de eleitores e a receita tributária, foi instalada apenas a Vara Única, composta por 1 juíza titular, 1 diretora de cartório, 10 escreventes, 1 auxiliar judiciário, 1 assistente social e 1 oficial de justiça. A equipe da Vara conta, ainda, com 10 funcionários públicos municipais, 3 terceirizados e 2 estagiários. O setor técnico conta com um psicólogo que presta serviços quinzenalmente¹¹.

No geral, trata-se de um quadro de funcionários insuficiente para o atendimento de todas as demandas que chegam ao judiciário. Nas dependências do Fórum também funcionam um setor de conciliação e o ministério público.

Em pesquisa no Livro de Registro de Feitos da Infancia e Juventude da Vara Única do Foro Distrital de Vargem Grande Paulista, fiz o levantamento do número de processos judiciais referentes às crianças e adolescentes do período de 2001 a 2008, totalizando 1.322 processos, conforme gráfico 1.

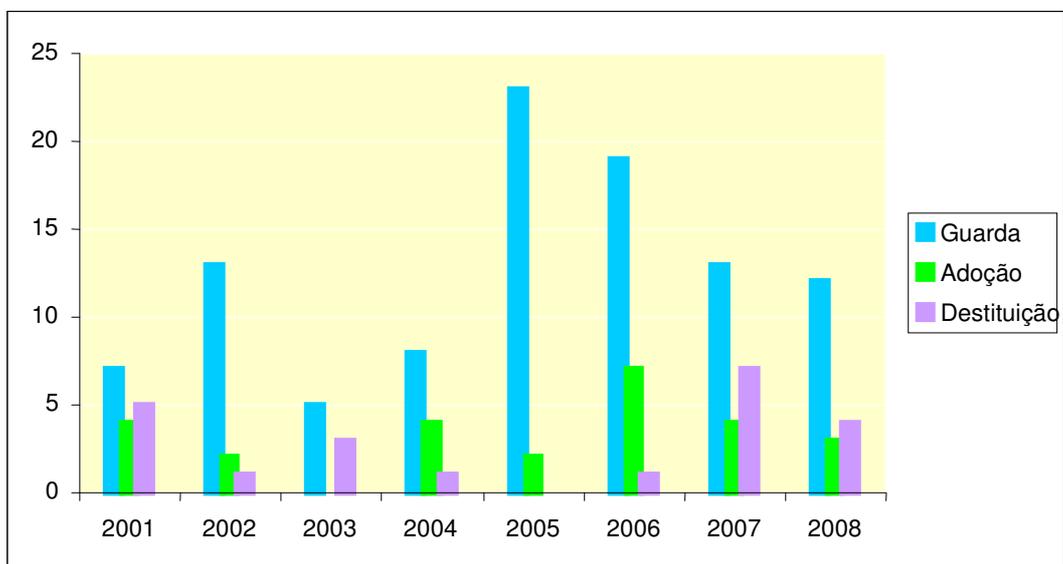
¹¹ Além de Vargem G. Paulista, o profissional atende a mais dois foruns.

Grafico 1 – Número de processos da infância e juventude



Do total de processos, em busca daqueles que, no meu entender, poderiam trazer situações de circulação de crianças ou adolescentes levantei aqueles que tiveram como inicial o pedido de guarda, a adoção ou a destituição do poder familiar. Somaram-se 238 processos e na ocasião da pesquisa, 90 já estavam arquivados.

Gráfico 2 – Pedido de Guarda, Adoção e Destituição do P. Familiar



Com base no SGDCA, descrito em capítulo anterior, o poder judiciário compõem o eixo da defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, pois não é apenas o que favorece o acesso à justiça, mas também contribui na formulação da política e no encaminhamento e acompanhamento das situações de violação dos direitos. Além da atribuição de fiscalizar a execução dessa política.

Serviço Social no Foro Distrital de Vargem Grande Paulista

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 151: “Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.”

Com base nessa competência, a presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo em seu comunicado DRH Nº 308/2004, definiu as atribuições dos assistentes sociais judiciários e destacou a de número sete: “Contribuir e/ou participar de trabalhos que visem a integração do Poder Judiciário com as instituições que desenvolvam ações na área social, buscando a articulação com a rede de atendimento à infância, juventude e família, para o melhor encaminhamento”, a qual legitima a atuação do profissional no SGDCA.

Como não foram instaladas outras varas em VGP, o setor técnico, composto pelos profissionais de serviço social e de psicologia, é responsável pelos processos da Infância e Juventude e da Família. Até julho de 2006 a demanda do serviço social era atendida pelas técnicas de Cotia, situação, que apesar do empenho das profissionais, influenciava no tempo de andamento dos processos. Isso se dava ao fato de que a demanda da comarca já era

grande, acrescida pelos fatos de os profissionais terem que se deslocar de seu município de locação para realizarem visitas domiciliares em Vargem Grande Paulista e, ainda, a população demandatária dos serviços do Fórum tinha que se deslocar até Cotia para ser atendida.

A instalação do Foro Distrital no município, não apenas facilitou o acesso da população ao setor técnico, como também uma maior aproximação do judiciário com os usuários e com as instituições.

Minha participação e da juíza de direito na comissão executiva do fórum DCA/VGP se constitui numa tentativa de contribuir na efetivação do SGDCA de Vargem Grande Paulista, de acordo com a fala do juiz Reinaldo Cintra na pesquisa do NCA: *um dos papéis do Judiciário que ele não consegue executar - acho que é a nossa grande falha na fiscalização e no acompanhamento - é um trabalho mais direto com quem executa as medidas [o que permitiria que] os casos fossem discutidos pelo grupo de atendimento e não baseados exclusivamente em uma análise de resultados... como não temos a rede formada de maneira ideal, o trabalho é estanque, talvez falte o agente, o ator que consiga unir os diversos trabalhos com a finalidade de um objetivo comum. Essa seria uma função do Judiciário... Se conseguíssemos nos reunir e analisar cada caso de uma forma mais ampla do que no mero gabinete do técnico, teríamos um resultado melhor, que ajudaria o sistema todo a funcionar de uma forma mais coerente.*

Lamentavelmente, essa atuação não depende apenas do compromisso ético-político dos operadores do direito, mas também de recursos humanos suficientes, o que é um grande problema a se enfrentar não apenas no judiciário paulista, mas em todo país. Tal situação acaba comprometendo a garantia de que a criança e o adolescente sejam realmente prioridades absolutas.

Faz diferença quando num município há o comprometimento do judiciário e do ministério público com as questões sociais, e este é fortalecido pelas parcerias. Estas que proporcionam uma rede de relações com os demais

atores sociais e possibilita um melhor conhecimento da realidade local, elementos que geralmente interferem de maneira positiva nas determinações judiciais.

Nesse contexto, a atuação do profissional do serviço social tem um papel de grande relevância, pois, se espera que ele conheça a rede de serviços, os atores sociais e favoreça a articulação entre estes. Que possua uma atuação comprometida com a população, fazendo valer seus princípios éticos e profissionais. Posso dizer que em Vargem Grande Paulista o serviço social judiciário tem a clareza desse compromisso e vem buscando cumprí-lo devidamente.

2- A PESQUISA: A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA

Realizei o levantamento do número de processos da Infância e Juventude do Foro Distrital de Vargem Grande Paulista, destacando entre eles os de guarda. De 2001 a 2008 foram autuados 1.322 processos, dos quais 100 se referiam à guarda e desses, 69 estavam arquivados. Portanto, me restou 31 processos para pesquisar, dos quais 05 se referiam à disputa de guarda entre os pais e, de 02, não consegui a informação.

Diante desses dados, restaram-me 24 processos para escolher meus sujeitos da pesquisa. Nestes, constavam como requerentes 20 guardiões da família extensa e 04 não familiares. São situações que se apresentaram ao Foro Distrital por ocasião de pedido de guarda ou através do Conselho Tutelar com pedido de providências para regularização da situação da criança naquelas famílias.

Para esse levantamento, considerei circulação aquelas situações em que a criança ou adolescente saiu de sua família de origem para ser assistida por outra, sendo esta, familiar ou não, na qual permaneceu por um determinado período e teve a assistência como se filho fosse.

O objetivo foi conhecer e analisar o modo como se deu a circulação de crianças/adolescentes em Vargem Grande Paulista a partir do estudo de situações que tiveram formalização de guarda no Foro Distrital do município. Além de:

- conhecer que situações determinaram a circulação das crianças;
- apreender o modo como as crianças passaram a morar com a outra família que não a sua de origem;
- apreender qual o significado dessa circulação para a criança/adolescente que a vivencia, para a família de origem e para a família que a acolhe;

- conhecer os resultados dessa 'circulação' para todos os sujeitos que dela participaram.

Tive como objetivos operacionais:

- identificar famílias que acolheram crianças e/ou adolescentes e buscaram a regularização dessa convivência na forma de guarda;
- conhecer elementos motivadores do acolhimento que possam subsidiar um futuro programa de famílias acolhedoras;
- conhecer as possibilidades, os limites e os desafios que permeiam a circulação de crianças.

Sujeitos da pesquisa

Foram sujeitos da pesquisa: 1) famílias cujas adolescentes vivem em outras famílias que as acolheram; 2) adolescentes que vivenciam ou vivenciaram situações de 'circulação'; e 3) famílias que acolheram esses adolescentes. Estes sujeitos tiveram presença no Foro Distrital de VGP, por terem sido encaminhadas ou notificadas por situação de 'circulação, gerando procedimentos no período de 2001 à 2008.

Procedimentos da Pesquisa

Propus-me a realizar, de princípio uma pesquisa quanti/qualitativa para identificação dos casos a serem investigados. A pesquisa qualitativa teve como escopo o estudo de três casos. Num primeiro momento, identifiquei situações nas quais crianças/adolescentes vivem em famílias que as acolheram. Dentre esses, localizei aqueles que não apresentavam indícios de encaminhamento para adoção, nem de disputa de guarda entre genitores.

Foram escolhidos dois casos, que tiveram por critério o tipo de família acolhedora: um acolhimento foi realizado por terceiros e, o outro, por

familiares. No Período da coleta de depoimentos deste último, surgiu uma história de circulações que considerei bastante significativa, o que levou-me a incorporá-la na pesquisa.

Nesta investigação utilizei-me dos seguintes instrumentos:

- pesquisa bibliográfica,
- pesquisa e análise documental
- entrevistas
- observação participante

A pesquisa bibliográfica teve como ponto de partida as produções de dissertações e teses sobre o tema. Seguida de identificação de livros e artigos disponíveis no arquivo pessoal, em bibliotecas, sítios eletrônicos e no mercado, que tratavam de questões relacionadas à família e à circulação de crianças.

A pesquisa e análise documental se deu nos processos previamente selecionados sob termo de consentimento da juíza de direito, conforme roteiro (anexo I). A obtenção dos dados obedeceu o princípio de direito, guardado o devido sigilo quanto à identificação das partes. Essa análise dos processos, permitiu a obtenção de dados relacionados aos sujeitos pesquisados.

Em continuidade à análise cuidadosa dos processos, a complementação dos dados foi feita através de entrevistas pessoais e observações. Para a obtenção dos dados foi elaborado roteiro para entrevistas semi-estruturadas e gravadas (anexo II). Foram entrevistados os genitores, os guardiões e os adolescentes. Em alguns casos, em virtude da impossibilidade de entrevistar alguns sujeitos, coletei informações de relatórios constantes nos processos judiciais.

Por ocasião das entrevistas foram considerados também os dados obtidos através de observações principalmente no que se refere à qualidade do convívios entre os diferentes grupos: adolescentes, famílias de origem, famílias guardiãs.

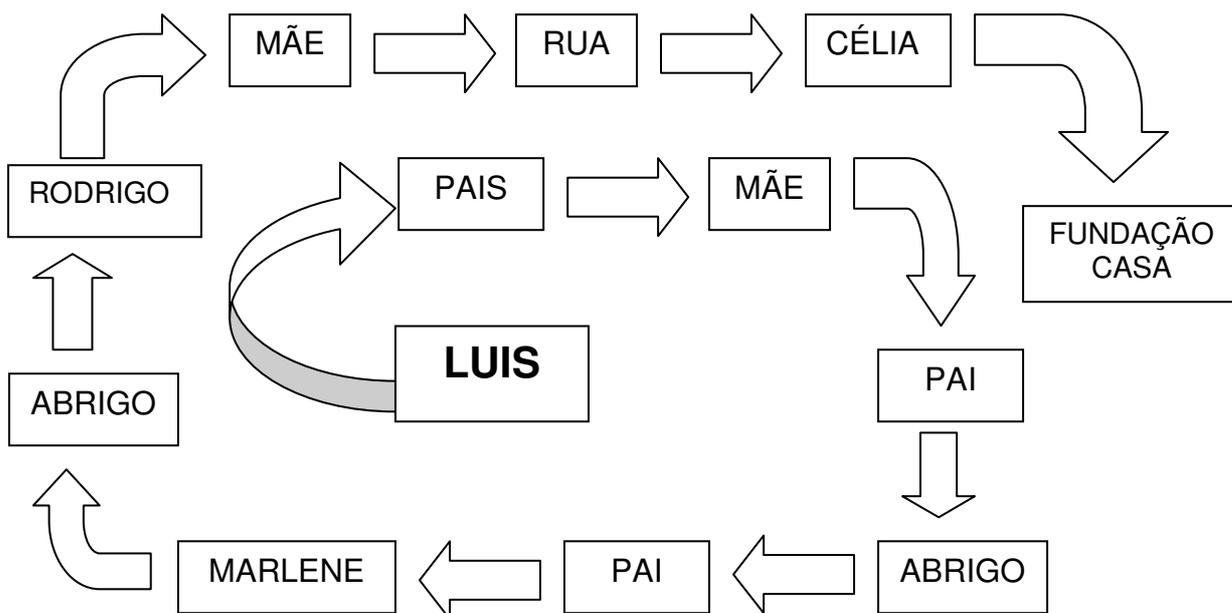
3- DEPOIMENTOS QUE COMPÕEM A HISTÓRIA DE CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VARGEM GRANDE PAULISTA

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros.

E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”

Walter Benjamin

3.1-A HISTÓRIA DE LUIS: A CIRCULAÇÃO DE UM JOVEM



A trajetória de Luis (17 anos) no Judiciário de Vargem Grande Paulista se inicia quando ele ainda era criança, em maio de 2001, através de um relatório do conselho tutelar autuado como pedido de providências. Seu genitor, José, havia sido internado às pressas para uma cirurgia cardíaca. O referido órgão informou que a criança não mantinha qualquer contato com a genitora porque esta tinha problema de alcoolismo. Embora tivesse duas

pessoas vinculadas a ele – uma pessoa que se identificou como madrinha e, outra, Marlene, conhecida do pai - e interessadas em assisti-lo até que o pai retornasse, ele foi abrigado.

Seis dias depois, a senhora identificada como madrinha, solicitou autorização judicial para visitar Luis na instituição. Solicitou também que ele pudesse visitar o genitor no hospital, pois o mesmo estava em situação delicada de saúde. Houve a autorização para a visita sob acompanhamento de membro do conselho tutelar e da referida madrinha.

Em junho de 2001 a funcionária da unidade básica de saúde informou, em relatório, que José estava em alta e pretendia reaver a guarda do filho, contando com o auxílio de terceiros, inclusive do proprietário da clínica de repouso em que estava residindo. Houve uma audiência com as pessoas que se propuseram a auxiliá-los e, em dezembro do mesmo ano, Luis foi desinstitucionalizado para conviver com o pai numa casa construída no mesmo terreno da clínica.

Em maio de 2002 foi realizada, pela assistente social do fórum, uma visita na residência, na qual constatou condição adequada de convívio familiar. No dia 08/07/2002 José faleceu. Luis estava com onze anos de idade “*sem parentes, pois sempre foi criado pelo pai e a mãe o abandonou desde pequeno*” (dado extraído de relatório constante no processo). Aproximadamente um mês antes do falecimento, José e o filho haviam se mudado para a casa de Marlene, em virtude do não pagamento das contas de água e luz da residência anterior.

Como esta senhora os conhecia e já os ajudava, solicitou a guarda provisória da criança, a qual lhe foi concedida por um ano. Luis continuou seus estudos, mas, em razão de seu baixo desempenho escolar, voltou a cursar a segunda série, embora devesse cursar a quarta. Rodrigo (filho de Marlene, o qual posteriormente assumiu a guarda de Luis) dá o seguinte depoimento:

Eu conheci o Luis quando eles [o adolescente e o pai] moravam num asilo em que o pai dele era caseiro. Minha mãe levava mantimentos para eles, pois os tinha conhecido na fisioterapia [do município]. Porque o sr. José teve um problema de saúde. Como [minha mãe] o conhecia, sabia da sua história - que passavam por dificuldades - começou a ajudá-los. Foi assim que eu conheci o Luis. Logo depois eles foram despejados do asilo. Como minha mãe tinha um quarto [na propriedade dela] levou-os para lá.

O Luis, em sua entrevista, falou-me dos fatos que se seguiram à morte do pai e de como via as relações com Marlene:

Meu pai morreu e eu fiquei morando com ela. Não gostei e fui pro orfanato. Porque eu não gostava do modo como ela administrava a casa, do modo como ela me tratava e do jeito dela. Ela era muito rigorosa, principalmente em negócios de escola.

Além da escola, Luis freqüentava aulas de beisebol e tinha acompanhamento regular com uma psicóloga da unidade básica de saúde. Em junho de 2003 o conselho tutelar noticiou que a guardiã havia solicitado revisão da guarda em virtude do comportamento do adolescente, principalmente pelo uso de droga (cheirou gasolina por duas vezes). Em setembro, Marlene se dirigiu ao conselho tutelar alegando não pretender renovar o termo de guarda pois o adolescente continuava desobediente, desafiando as normas e cheirando gasolina. Na escola, Luis continuava tendo baixo rendimento e problemas de comportamento. No processo judicial, ainda não constava qualquer informação a respeito de seus familiares. Por essa época, segundo Rodrigo, ele manifestou interesse em ser abrigado:

Ele quis... ele que pediu para ir para o orfanato. Minha mãe queria ensinar as coisas para ele: como cuidar de suas roupas, ser organizado, mas ele não aceitava e pediu para ir para o orfanato.

Em outubro de 2003 o adolescente foi novamente abrigado, mas dessa vez numa cidade fora da região. Luis contou como sentiu esse novo abrigamento:

Os primeiros dias foram bem difíceis. Eu cheguei a fugir de lá. Me cataram e eu fugi de novo.

Neste período o conselho tutelar iniciou tentativas de localização de sua genitora, dos seus demais familiares e de sua madrinha. O atraso para esta busca pode-se ligar à ausência de contato anterior do Luis com sua família, do lado materno, conforme depoimento:

Contato com a minha mãe eu nunca tive. Só sei que ela falou [quando este contato foi restabelecido] que desde pequeno eu fui morar direto com meu pai. Até então, meu pai falava que a minha mãe me abandonara.

Em janeiro de 2004 o conselho tutelar informou ao judiciário que, por motivos de trabalho, a madrinha não poderia acolhê-lo. Quanto à genitora, informou que havia recebido denúncia de que era alcoolista e que pedia esmolas na companhia dos filhos menores.

Alguns meses depois, o conselho tutelar informou que, em visita ao adolescente no abrigo, Marlene soube que ele havia sido abusado sexualmente por outro jovem. Em seu depoimento, Rodrigo lembra de uma das visitas feitas ao Luis no abrigo, quando resolveram tomá-lo de volta:

Fomos fazer uma visita onde ele estava: no orfanato. Conversamos com ele e almoçamos juntos. Eu lhe disse: “E aí, Luis, está arrependido?”. Ele falou que, se pudesse, voltaria. Falei, então: “Vamos ver o que a gente pode fazer” e, aí, fizemos o que poderia ser feito. Até então, deu certo.

Em agosto de 2004, a nora de Marlene, Letícia (esposa do Rodrigo), manifestou ao Promotor de Justiça seu desejo de adoção do adolescente, alegando que conviveram por mais de um ano no mesmo local e que

mantinham bom vínculo afetivo. Requereu, então, a sua guarda provisória, a qual lhe foi concedida por noventa dias. O Luis, assim fala desse período:

Fui morar na casa dele [do Rodrigo] justamente porque eu queria sair do orfanato. Antes, eu morei na casa da dona Marlene, mas não queria mais morar com ela. Então, ele pegou minha guarda. Eu tinha ido para o orfanato, ele ficava me visitando, e um dia perguntou se eu queria ir morar com ele. Só que, até então, era a mesma coisa que [no tempo da] dona Marlene, só mudava o responsável. Até que foi bom, porque eu já conhecia o Rodrigo, e as pessoas do abrigo eram estranhas para mim. Fui conhecendo o jeito delas aos poucos.

Em setembro deste mesmo ano, Luis passou por avaliação psicológica no judiciário. No relatório dessa avaliação há a constatação de que José manteve um bom relacionamento afetivo com o filho, mas não lhe impôs limites, sendo “bastante liberal”. A psicóloga levantou a hipótese de que sua conduta rebelde estava relacionada à morte do genitor e à expectativa frustrada de que a madrinha assumisse sua guarda.

Em seu depoimento, Luis fala de suas relações com o pai e do impacto de seu falecimento:

... às vezes quando eu sabia fazer algumas coisas, passava meu conhecimento para ele. Quando meu pai faleceu foi praticamente um choque. Porque me falaram que ele tinha ido para um lugar melhor e eu não sabia onde era. Depois falaram que meu pai havia falecido.

Naquela ocasião, Luis ainda apresentava bom desempenho escolar. Ele contou que, por volta dos onze anos de idade, havia procurado a mãe e ela lhe “bateu a porta na cara”.

Em fevereiro de 2005 foi concedida a guarda por tempo indeterminado ao casal, Rodrigo e Letícia. Tanto o Rodrigo, quanto o Luis sentiram como positivo esse período:

Rodrigo: *Eu me diverti, acho que tanto eu, como a Letícia. Creio que também ele se divertiu. Eu tirava o final de semana para andarmos de bicicleta, soltar pipa. Tínhamos uma relação bem chegada. Eu procurava ser bem próximo dele.*

Luis: *Até que foi bom. Ele me ensinou como viver sem o pai. No caso, ele também vivia sem o pai dele. E, numa parte, isso é bom porque você está sem o pai, mas tendo uma força para poder superar. Eu vivi a maioria da vida com ele [o pai]. E o Rodrigo me ensinou o que a vida deve mostrar pra gente. Tem que estudar, depois trabalhar e depois ter sua família. Foi o que ele me ensinou.*

Em novembro de 2006 a guardiã (Letícia) informou ao judiciário que o adolescente havia fugido de sua casa e não queria retornar. Após orientação da assistente social do judiciário, Luis retornou. No meio do ano seguinte, o casal guardião se separou e a guarda dele ficou sob a responsabilidade do Rodrigo. Logo em seguida, o guardião procurou o setor social do fórum para informar que o adolescente estava usando maconha, não seguia suas orientações e a convivência entre eles não estava boa.

Luis comenta este período de sua vida:

Foi bom até a parte que ele me adotou, aí foi bom. Porque quando fiquei com ele pude comparar a dona Marlene e ele: o jeito dela manusear a casa, o jeito dele me tratar e o jeito dela. Só que, o que ele tinha de ruim é que xingava muito, falava vários palavrões, coisa que eu não gosto. Eu conversei com ele, que respondeu: “esse é o meu jeito. Você quer ser de seu jeito... [tem de aceitar que este] é o meu jeito”. Não tinha como mudar o jeito dele. Então falei: “está bom, se este é o seu jeito, não gostei desse seu jeito e vou embora”. Foi isso que eu falei para ele. Foi quando eu fui para a casa da minha mãe.

Nesse ínterim, a genitora de Luis, Cristina e seu companheiro haviam recebido atendimento por parte do conselho tutelar e, diante da situação de negligência e alcoolismo de ambos, os seus cinco filhos foram abrigados. Cristina reconheceu sua fragilidade:

Fui ao conselho [tutelar], mas disseram que enquanto eu não saísse do meu problema não daria conta. Que era o problema de bebida. Então, não pude correr atrás dele também.

Houve grande empenho dos profissionais da rede para que houvesse a reinserção familiar. Cristina foi internada em uma clínica para tratamento do alcoolismo. Pouco tempo depois, ela fugiu com outro companheiro para uma cidade vizinha. Em menos de um ano, retornou para o convívio com seu antigo companheiro - genitor de seus cinco filhos - o qual demonstrou grande interesse em reaver a guarda das crianças.

Estando em melhores condições, tendo recebido apoio dos serviços, inclusive para melhorar a residência, o casal recebeu novamente os filhos. Após consulta ao adolescente e à sua genitora, a técnica do judiciário favoreceu que se aproximassem fornecendo o telefone de contato deles e informando do interesse de todos em (re)estabelecer o convívio. O contato iniciou em agosto de 2007, através de uma visita de Cristina à casa de Rodrigo. Em seu depoimento, Luis comentou esse dia:

No dia em que ela apareceu na casa da dona Marlene eu não a reconheci...não lembrava da aparência dela. Eu pensava que minha mãe era maior que eu, mas ela é menor. [pensava] “Nossa! Minha mãe era maior que eu, agora esta menor?” Eu pensava que seria mais uma pessoa na minha vida, porque não conseguia vê-la como mãe. O convívio com ela foi agora, depois de grande. Não nos apegamos muito, desde pequeno.

Luis passou as festas de final de ano na companhia dos familiares. Em um dos atendimentos no setor técnico do fórum, contou que sua mãe havia lhe dito que José não era seu pai biológico, que seria um outro homem que morava em outra cidade e lhe mostrou a foto dele. Essa nova informação havia deixado ele um pouco confuso, mas não o impediu de vivenciar suas expectativas com os familiares, principalmente os irmãos, com os quais não tinha vivido, conforme seu depoimento:

Eu queria mais viver com meus irmãos do que com a minha mãe. Eu queria ver o jeito que era ter um irmão. Porque até então, eu era caçula, só do meu pai. Apareceu um irmão... então, eu queria ver como era ter um irmão mais novo. Até que a convivência foi boa. Porque a grande responsabilidade do [irmão] mais velho é cuidar do mais novo. Tentar manter a ordem na casa quando a mãe não está. E isso era difícil, muito difícil.

No ano seguinte, na avaliação psicológica do judiciário, a genitora trouxe informações importantes sobre a infância de Luis. Disse que morou por dois anos com Jose (que consta no registro de Luis como seu pai):

Eu conheci o José porque ele trabalhava com meu pai, perto da antiga rodoviária. Eu e minha mãe levávamos marmitta para o meu pai. Depois ele chegou e conversou com meu pai para ficar comigo. Mas eu pensei: “para que eu vou querer gente velha, se eu sou uma criança?”

Mas antes de viver com ele, tinha se mudado com a família para Ibiúna e conhecido outro José, com o qual viveu por pouco tempo e engravidou, conforme contou:

Depois fomos [eu e minha família] morar em Ibiúna, quando conheci o pai do Luis, o qual tinha a mesma idade que eu, doze anos; éramos duas crianças. Ele se chama José também e sabe que é o pai do Luis, pois, o viu quando pequeno. Minha mãe descobriu que ele usava drogas (acho que por isso é que o Luis tem problemas com as drogas). Por causa das drogas, minha mãe nos separou e me trouxe de novo para Vargem Grande e o José [falecido], continuou insistindo com meu pai. Então, meu pai disse: “agora você vai ter que morar com ele, porque está grávida”. Não tive outra solução e fui morar com ele, o qual assumiu a responsabilidade do Luis e lhe deu seu sobrenome.

Quando o Luis nasceu, José [de Vargem Grande Paulista] tinha cinqüenta e quatro anos e ela treze. Quando a criança estava com cinco meses de vida, José foi preso por seis meses e, logo que teve liberdade quis assumi-

lo sozinho, não permitindo que ela ficasse com a criança. Perguntei-lhe o motivo da prisão e respondeu:

Porque fez gracinha com a minha mãe, queria mexer nela dentro do banheiro. Eu e ela fomos à delegacia, ela contou tudo e fomos para Cotia. Lá ele foi algemado, “engrossou” com os policiais, apanhou e foi preso. Eu fiquei com o Luis, o meu pai e minha mãe na casa deles. Depois fomos visitá-lo e ele saiu da cadeia. Logo em seguida foi [José] em minha casa para tentar pegar o Luis. Com muito custo, mas não conseguiu. Consegui depois que minha mãe morreu.

Diziam à Cristina que ela não conseguiria o filho de volta por ser muito nova, mas mesmo assim “tentou na justiça”: *Eu fui atrás de advogado para vê-lo. Porém, ele [José] era autoridade, porque eu era menor de idade.*

Quando Cristina estava com 16 anos seus pais morreram e isso contribuiu para que desestruturasse sua família. Ela e duas irmãs fugiram para S. Roque/SP com medo que o conselho tutelar as abrigasse. Uma delas foi abrigada e adotada por americanos. Cristina justificou sua tentativa:

Então, se tornava bem difícil para mim e ele conseguiu ficar com o Luis. Meus irmãos tentaram falar com ele: “Deixa o Luis que a gente cuida, porque você não tem condições de ficar com ele. Porque quem mora de aluguel, fica para lá e para cá”. O menino perdia a escola.

Cristina retornou para a cidade de Vargem Grande e viu o filho apenas até os cinco anos de idade, depois, não o viu mais. Aos 17 anos foi viver com Benedito, com o qual teve cinco filhos. Lembrou em seu depoimento:

Ele [Luis] já foi em casa quando era pequeno. Eu havia dito: “Vai lá em casa para conhecer seus irmãos”. Ele passava por lá, ia escondido e ficava brincando.

Quando soube que o filho estava com outra família, a Cristina pensou: *“Se ele está feliz, eu não posso fazer nada, mas ele não pode esquecer que tem uma família”*.

Depois de convencer o companheiro a aceitar o enteado em sua casa, no início de 2008, conseguiu a guarda dele por seis meses. Cristina relembra quando retomou o contato com o filho:

O conselho tutelar me mandou procurar o Luis e eu fui procurar a casa do Rodrigo. Fui parar lá na Capela do S. Pedro. Procurei e procurei. Depois descobri que estavam para cá. Novamente, passei o dia inteiro andando e acabei achando. Rodrigo o mandou vir em casa. Ele veio e, naquele dia, a Ingrid [irmã dele] fez uma macarronada, porque não iria dar tempo para eu fazer.

Em junho houve nova avaliação psicológica em que foi informado estar havendo uma boa convivência entre eles. Isto conferiu a ela a guarda de Luis por tempo indeterminado. Rodrigo respeitou o desejo do adolescente:

Ele foi passar as férias lá. Quando ele foi, eu já sabia que ele não ia querer voltar. Imaginei: “ele não volta mais, é a mãe, é novidade, tudo diferente”. Então, eu via como algo normal, afinal de contas, na época o Luis tinha 16 anos, seria normal uma hora querer encontrar a mãe, viver com ela. Eu conversei com ele: “é isso que você quer”? [Luis respondeu]“Eu quero, estar com minha mãe, com meus irmãos”. Então, tudo bem.

Sobre a experiência de ter acolhido o adolescente, Rodrigo comenta:

Eu não via tanta dificuldade. Acho que o que me preocupava era o que passava pela cabeça dele: “Ele não é meu pai e ela não é minha mãe porque eu tenho que obedecer?” Às vezes eu sentia isso, mas sempre onde eu estava, numa festa, num passeio, ele estava junto. Tanto comigo, como com a Letícia. Se fosse eu, iria me sentir como ele se sentiu, como um estranho no ninho.

Rodrigo falou que a oportunidade de acolhimento favorece aprendizado também para quem acolhe:

A gente aprende, aprende muito. Em alguns momentos ele vinha me dar conselho. Por mais que seja um jovem, aprende muita coisa e sabe muita coisa também. Então, ajudava bastante, um ajudava o outro. A gente conversava muito, sobre escola... Então, eu aprendi bastante com ele. A gente brigava muito por causa do palavrão, ele não gostava e com o tempo eu fui conseguindo. Um dia ele falou: “imagina como estou feliz em não ver você falar mais palavrão”. Então, você vê: uma criança dando conselho. Porque a gente aprende algumas coisas. Para mim, na verdade, de tudo que vinha acontecendo, eu senti um alívio em saber que ele estava com a mãe. Chegou um momento em que eu via que não conseguiria mais dominar o Luis. Senti um alívio. Infelizmente ele estava batendo nas crianças da escola. A gente conversava: “Oh Luis não é assim”. Para mim, quando foi providenciada a documentação para a guarda ficar com a mãe, eu me senti aliviado porque pelo menos não estava em qualquer lugar, estava com a mãe. E, agora, se ele aprontasse alguma coisa a responsabilidade seria dela.

Já para a mãe, o convívio de Luis com Rodrigo não foi bom:

Para o Luis, ter vivido com o pai foi bom, mas com o Rodrigo, não. Por causa das drogas e porque o Rodrigo passou a espancá-lo. Luis tem uma cicatriz na cabeça por agressão com um taco. Até para namorar as meninas o Rodrigo não deixava. Ele tinha uma namoradinha, foi levá-la em casa e o Rodrigo “tocou-a”. O irmão do Rodrigo mexia com drogas e o Luis tinha que empacotar para ele vender. E era no quarto em que o Luis dormia. O que eu falei: “Luis você vai ao fórum e conversa tudo o que sabe, não esconde nada”. E mesmo assim, ele ficou com medo do Rodrigo e não contou. Contou “repicado”, por cima.

A convivência entre Rodrigo e Luis se manteve e o primeiro lembra com emoção:

Eu ligava para ele... ele me ligava... ou ia à minha casa, como vai até hoje... a gente conversa. Continuei mantendo contato. A gente se encontra. Não tenho nenhum problema com ele, pelo contrario, continuamos batendo papo.

Quanto à possibilidade de outro acolhimento, Rodrigo declarou que não faria novamente para não ter perdas, como lhe aconteceu por duas vezes:

Hoje em dia, eu não faria. Porque, naquela época, eu tinha a Amanda [filha] e ele, eram meus companheiros. Depois fiquei sem a Amanda¹² e sem ele. Não penso não, porque é complicado: eu cuidava dos dois... estávamos sempre juntos... Hoje em dia eu não faria isso não. Porque, ao mesmo tempo em que [a criança] esta com você, não esta. Principalmente, no caso de acolher um menor, eles tem curiosidade de conhecer as pessoas [de sua própria família], o pai... a mãe... E a mãe dele estava pertinho. Eu não faria mais isso.

O vínculo afetivo se manteve, mas não a responsabilidade sobre o adolescente, como conta Rodrigo:

Se eu pudesse... se dependesse apenas de mim... se ele quisesse... ficaria comigo. Há mudanças que são necessárias. Eu queria ficar com ele, mas infelizmente... Um dia, ele foi lá em casa, estávamos brincando e conversando, e ele falou: “Rodrigo, eu me arrependi”. Eu falei: “Luis, eu te entendo, mas hoje eu não tenho como te acolher”. Ele falou: “Nossa! Que burrada eu fiz na minha vida!”. E eu falei: “É, a gente faz burrada para aprender, só que infelizmente hoje eu não tenho como te trazer para casa. Porque agora não tenho um quarto para ele, não tenho onde colocá-lo. E, ele, infelizmente, está andando com várias pessoas... já conheceu o mundo. Hoje seria mais difícil... até eu adquirir aquela confiança e ele confiar; porque perde-se um pouco... E ele já está com dezessete anos, quase dezoito. Já tem uma cabeça diferente. Quando estava com a gente, mantinha aquela constância. A

¹² Após a separação, houve disputa pela guarda e foi concedida à Letícia.

gente vai instruindo: vamos aqui, vamos ali... mas depois de um ano, quase dois anos... É complicado fazer tudo de novo, começar do zero.

Em outubro de 2008 o conselho tutelar visitou a família de Cristina e foi informado que o adolescente estava usando drogas e fora da escola. Que havia fugido de casa por divergências com o padrasto. Foi oferecido ao Luis atendimento em uma clinica para tratamento, mas ele recusou. A mãe encontrou dificuldades para assisti-lo:

No começo era bonzinho, mas depois foi se revelando diferente. Com a ajuda do conselho consegui colocá-lo na escola. Eu tinha ido atrás da transferência. Depois ele passou a pular o muro e cabular aula. A situação foi se complicando. Acabei descobrindo que Luis estava usando drogas. Meu marido me alertou, mas eu disse: “imagina, ele não usa mais”. Mas ele passou a vir diferente para casa. Eu falei: “Luis, desse jeito não vai dar. Se continuar assim, nem estudo você vai ter”. Tirei-o da escola e o coloquei para trabalhar em uma empresa de antenas. Trabalhou direito e pensei em colocá-lo para estudar a noite porque meu marido também iria e o vigiaria. Mas ele não quis ir para a escola.

Cristina acabou saindo de casa novamente com outro companheiro e para outra cidade. Disse ter tomado essa decisão porque seu companheiro havia lhe traído e continuava bebendo muito. Deixou os filhos sob os cuidados dele e Luis ficou na rua porque seu padrasto não o aceitou mais em casa.

Em seu depoimento, Luis se queixou do vício da mãe, o que lhe desanimou a querer morar com ela novamente:

Não pretendo porque o tempo em que eu estava lá, estava virando um alcoólatra também. Porque conforme ela bebia, eu bebia junto. Houve até o dia, em que meu irmão, o terceiro mais velho da casa, que é o Andre, eu vi ele ando a garrafinha de curote [tipo de pinga]. Até então, fiquei bravo. Falei: “Eu sou mais velho que você e não gosto que faça isso! [Ele respondeu] Oh Luis, minha mãe bebe, porque eu não posso?”.

Após ter ficado duas semanas num terreno baldio, Luis foi acolhido por um rapaz que o levou para sua casa. A genitora deste, Célia, aceitou assumir sua guarda até a maioridade. Luis havia preferido ficar na rua a ser acolhido em abrigo:

...Arrumei um cantinho lá, coloquei umas folhas no chão, uns galhos e deu para dormir. Eu procurei [o Rodrigo], mas não falei da minha situação, do jeito que eu estava. Eu ficava constrangido, porque não sabia qual seria a reação dele. Se eu falasse da situação em que eu estava, com certeza o conselho [tutelar] iria atrás de mim. Porque orfanato geralmente não é bom. Ficar longe da família... E também o jeito das pessoas de lá. Pessoas estranhas cuidando de você. Você não gostaria de estar lá...

Sobre a convivência na casa de Célia Luis fez boas referências:

Esta bem melhor do que a minha mãe e do que passei com o Rodrigo. Bem melhor. Porque o jeito dela manusear a casa, foi o jeito que eu pensava que a minha mãe iria manusear. Só que, até então, a minha mãe não foi desse jeito. A dona Célia esta sendo a mãe que eu nunca tive. Ela dá carinho para mim. Como o carinho que dá para o filho mais velho dela.

Perguntado sobre que jeito seria esse, disse:

Um jeito normal. O mesmo jeito que ela trata o filho dela, ela me trata também. Já na casa da minha mãe, não, me tratava diferente. Cada um ela tratava de um jeito. Não eram todos de um jeito só. Acontecia a mesma coisa com o Rodrigo. Ele tratava a filha dele de um jeito e eu do outro. Dava mais atenção para ela do que para mim. Agora, no caso da dona Célia, dá atenção para os dois. Na casa da Célia, ninguém bebe, é tudo normal. Coisa que eu queria ser, gente normal, sem bebida. Normal, que nem a senhora é. A senhora tem vício? –“Não”. Eu queria [viver com] uma pessoa assim, que não tivesse vícios.

Sobre seu futuro, disse o que pretendia:

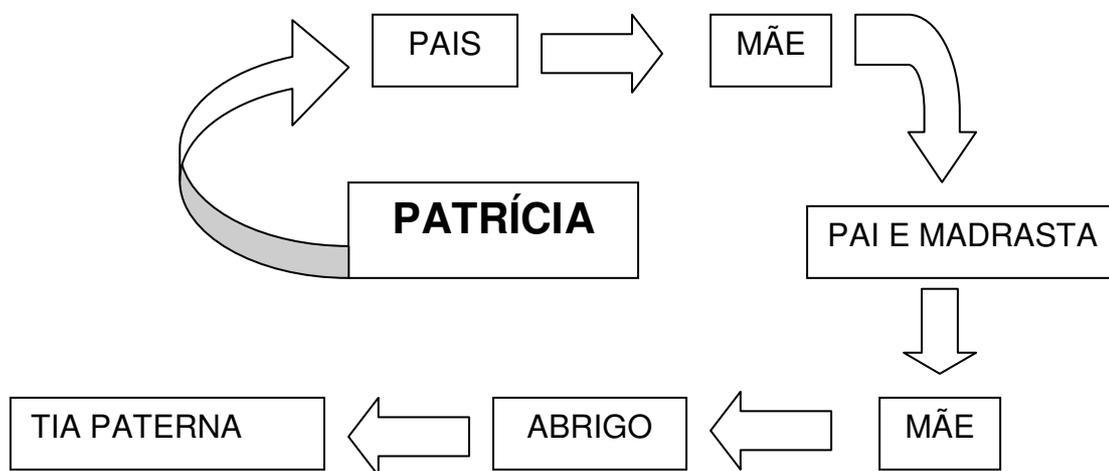
Ficando maior de idade vou procurar um serviço fixo. Arrumar um cantinho [para morar], alugar uma casa. Com o tempo, arrumar uma mulher e depois um filho. Cada coisa no seu lugar. Cuidar da situação financeira para poder manter o filho e a mulher. Ficar um período sozinho, outro com a mulher e outro... ficar tranquilo.

Antes que fosse concedida a guarda para Célia, o adolescente se envolveu em ato infracional e foi internado na Fundação Casa.

Por iniciativa minha, no sentido de perceber algo sobre a vivência de circulação de crianças (ou, mesmo, de pessoas adultas) no contexto da família que mais tempo acolheu Luis, perguntei ao Rodrigo sobre a experiência no acolhimento de terceiros em sua família. E ele me respondeu:

Tivemos vários casos de pessoas que vinham do Paraná, que meus irmãos conheceram. Teve um chileno que morou por um ano e, até hoje, a gente mantém contato, minha irmã já foi para o Chile. Mas tiveram outros casos de conhecidos, não familiares. Algumas pessoas que ficaram um bom tempo em casa. Nenhum familiar. Era legal. É lógico que problemas todo mundo tem, mas era legal. Era uma grande família. Quando iam embora, a gente sentia como se fosse alguém da família. Mas era gostoso. Agora, todo mundo mudou, não acontece mais. Quando vêm, passam uns dias e vão logo embora.

3.2-A HISTÓRIA DE PATRÍCIA: A CIRCULAÇÃO DE UMA JOVEM



Patrícia (14 anos) passou a ser assistida pelo poder judiciário de Vargem Grande Paulista em dezesseis de agosto de 2006, aos 11 anos de idade. Nesta data sua mãe, Cleusa, compareceu ao serviço social do fórum após ter sido encaminhada pela Vara da Infância e Juventude de Pinheiros/São Paulo-SP, pois buscava orientação sobre guarda, alegando que sua filha Patrícia estava sendo vítima de maus tratos por parte do pai e da madrasta, moradores de Vargem Grande Paulista.

Acompanhada pela filha Patrícia, por uma irmã e por uma conselheira tutelar, Cleusa relatou que na noite anterior a adolescente havia chegado sozinha em sua casa, no município de São Paulo, por volta das 22h porque o pai a tinha ameaçado de morte e, também, porque freqüentemente sua madrasta a maltratava. Cleusa falou que já tinha conhecimento de que a filha não estava sendo bem cuidada. A tia materna, que as acompanhava, expressou que estava também muito preocupada com a sobrinha e se prontificou a assumir sua guarda. A adolescente se mostrava bastante assustada. Relatou que o pai, Jonas, e sua madrasta, Sonia, estavam no bar, quando ele falou que, se ela não fosse para casa, iria matá-la. Patrícia ficou com medo e fugiu para a casa de sua mãe.

Naquele mesmo dia, Jonas e Sonia também compareceram ao fórum para obterem notícias da menina. Foi tentado um acordo, mas não foi possível porque ele não admitia que Patrícia fosse para a casa da mãe ou da tia, argumentando que, se isso ocorresse ela estaria próxima ao padrasto, Antonio, o qual tinha sido acusado de assediá-la em 2004. A criança estava bastante apreensiva. Foi então acordado, entre o conselho tutelar e o ministério público, que ela fosse abrigada. Em seguida, os familiares foram orientados e nenhum deles discordou da decisão.

Dois dias depois, Cleusa compareceu novamente ao serviço social do fórum a fim de obter informações sobre a filha e sobre a realização de visitas ao abrigo. Por essa ocasião, contou que no período que morou com Jonas ele fora preso por 2 anos e que, antes dele sair em liberdade, romperam o relacionamento. Enquanto estiveram juntos, ele assumira seu filho mais velho fruto de uma primeira união, o qual se encontra com 16 anos. Depois tiveram Patrícia. Após a separação, Cleusa passou a conviver com António e tiveram 3 filhos. Em uma ocasião em que ela acompanhava uma de suas filhas na UTI, foi informada por familiares, que sua cunhada havia brigado com Antonio porque ele havia tentado beijar a Patrícia. Ela procurou saber como isso acontecera, mas a criança não quis falar sobre o assunto.

Relatou que diante da suspeita do abuso, foi concedida a guarda da adolescente para o genitor e a madrasta, sendo um desejo dela também. Após esse fato, Cleusa suspeitou que a filha preferiu ficar com o pai porque era bastante vinculada com as tias paternas, Janete e Rosa, principalmente a primeira porque a levava para sair e sempre demonstrou muito afeto. Patrícia confirmou esse vínculo em seu depoimento:

Sou [feliz], não teria outro lugar que eu pudesse escolher para ficar. Como falei para minha mãe [maneira como se refere à tia Janete]: “lembra quando eu era bem pequena na COHAB em que moramos?” Eu vivia na casa dela, atrás dela. Eu sempre falava para minha mãe biológica que eu queria morar com a minha tia. Quando eu estava com ela, minha mãe [Cleusa] tinha

que me buscar, porque eu ficava lá, dormia lá e não voltava. A gente era muito apegada. E a vida me fez ir para lá e para cá e hoje estou com ela.

A mãe se preocupava com a possibilidade da filha voltar aos cuidados do pai porque Jonas era alcoólatra e, mesmo tomando medicamento psiquiátrico, continuava ingerindo bebidas alcoólicas. Disse que numa ocasião, alcoolizado, discutiu com Sonia porque ela estava bebendo também. Começaram brigar e ele ameaçou colocar fogo na casa. Para desafiá-lo ela mesma ateou o fogo, porém, retirou os pertences de suas filhas e deixou queimar os de Patrícia. Isso fez com que ela ficasse 25 dias sem ir à escola porque não tinha roupas.

Cleusa disse que tinha vontade de conversar com Jonas para resolverem a situação da melhor forma, mas que Sonia não permitia, inclusive, não aceitava o contato de Patrícia com as tias paternas. Quanto ao Antonio, eram casados, mas não conviviam maritalmente. Tinham passado a morar há três quarteirões de distância e mantinham uma relação de namoro, da qual tiveram um filho. Em vista disso, considerava que a filha não correria risco se morasse com ela.

Sobre a suspeita do abuso, Cleusa disse que quase todos os dias, ao retornar da escola, Patrícia se dirigia ao quarto onde Antonio dormia (porque ele trabalhava no período noturno) para assistir televisão e apenas saía de lá por insistência da mãe. A assistente social judiciária indagou se ela não considerava aquelas circunstâncias propícias para um possível assédio. Cleusa considerou que não, porque confiava no companheiro e porque a filha nunca tinha feito qualquer queixa. Ainda naquele atendimento apresentou a possibilidade da tia paterna, Janete, requerer a guarda da criança. Os tios, Janete e Roberto, falaram o que pensaram naquela ocasião. Janete refletiu:

Acho que éramos os familiares que moravam mais longe da casa da mãe dela. Como o padrasto tentou violentá-la eles [judiciário] não queriam de jeito nenhum que Patrícia ficasse com os parentes da mãe dela porque eles

moravam muito próximos. Patrícia parou de sofrer depois que veio morar comigo.

Roberto completou:

Ela [Patrícia] falou que, para a Sonia [madrasta] e o pai, não voltaria mais. Foi quando [na época que morava com eles] ela estava sofrendo.

Em dezembro de 2006, no abrigo em que estava a adolescente, foi realizada uma reunião para discussão de casos. Com a presença do promotor de justiça, da assistente social judiciária, e de funcionárias da Instituição: a responsável, a psicóloga, a assistente social e a pedagoga. As representantes do abrigo informaram que a genitora e a tia paterna estavam visitando a criança. A mãe dizia ter interesse em ficar com a guarda, mas houve consenso na equipe de que isto seria inviável porque ela ainda residia próximo ao suposto abusador. Por outro lado, a tia paterna continuava manifestando interesse pela guarda de Patrícia. Em vista disso, ficou deliberado que seria analisada essa última possibilidade.

Sendo assim, a psicóloga do abrigo realizou visita domiciliar à Janete, a qual disse que gostava muito da sobrinha e que estava disposta a acolhê-la. Foi sugerido que a criança passasse as festas de final de ano e férias escolares na companhia daquela família, com a condição de que ela não fosse levada para a casa da genitora e nem tivesse contato com Antonio.

Em março de 2007 a assistente social do fórum foi à casa de Janete para entrevistá-la, tendo em vista dar o seu parecer sobre a guarda. Janete lhe disse que estava preparada para assumir a guarda da sobrinha por gostar dela e não querer que corresse o risco de viver uma adolescência tão vulnerável quanto a dela, de fugas e instabilidade de moradia. A família residia nos fundos do quintal dos sogros de Janete, mas ampliariam a casa assim que chegassem os materiais. Que, no período em que estivessem fazendo as reformas, utilizariam a casa dos familiares e/ou dos vizinhos - apenas para dormirem e

não terem que ficar no meio das obras. Que, em razão disso, não haveria problemas em receber a sobrinha. Janete alegou que se relacionava bem com os pais e irmãos do Roberto, os quais residiam no mesmo quintal.

Sobre o período de férias em que Patrícia havia passado com eles, disse ter sido tranquilo, que a única ocorrência foi a adolescente querer sair bem maquiada na companhia de amigas e ela não concordou. Num primeiro momento, Patrícia ficou emburrada, mas acatou a orientação dela, limpou o rosto e saiu. Disse que a menina se relacionou muito bem com as primas. Refletiu que seu receio seria, no caso de colocar limites para a sobrinha, ela, não concordando, fugir tal como ela própria fizera no passado. Mesmo assim, estava disposta a recebê-la.

Naquele mesmo mês, foi concedida a guarda ao casal. Janete se lembra com emoção dessa decisão:

Eu lembro apenas quando a psicóloga [do abrigo] foi em casa avisar que ela viria morar comigo. Nesse dia, eu sei que chorei muito. Ela falou: “A guarda é da senhora”. Eu chorei muito, fiquei emocionada e me emociono até hoje (começou a chorar). Foi por amor a ela. Eu pensei em pedir ajuda [financeira] para o conselho tutelar ou para qualquer pessoa. Mas eu ia ficar com ela. No entanto, não precisou até hoje, graças a Deus. Apesar de que, precisar a gente precisa, mas não depende disso.

Roberto completou: *Como diz aquele ditado: “Onde come um, comem quinze”. E graças a Deus até hoje nunca faltou nada.*

Sobre a mudança do abrigo para a família, a adolescente comentou:

Eu não esperava nada porque o que tivesse que acontecer aconteceria. Se desse certo, ficaria com eles. No começo foi um pouco difícil para eu me acostumar, mas depois fui me adaptando. Agora é normal, ele é meu pai, ela minha mãe e eu falo para todo mundo. Um ou outro sabe que não moro com meus pais. Quem mais sabe são minhas amigas, mas para mim, eles são meus pais, [e elas] minhas irmãs... No começo, às vezes eu sentia

falta das meninas do colégio [abrigo], tinha vontade de voltar [para] lá. Numa ocasião encontrei com duas delas e acabamos brigando. Mas depois tentei aconselha-las a sair daquela vida. E eu brigava demais com minha prima Andressa, que tem quase a mesma idade que eu. Para mim, foi mais um peso porque eles já tinham quatro meninas e aí vem mais uma, já crescida... Mas depois fui entendendo, eles me dão tudo que preciso.

Durante a entrevista, o casal se mostrou muito feliz em ter acolhido a adolescente e de perceberem que estão contribuindo para uma melhoria na vida dela. Que não encontraram dificuldades em assisti-la e educa-la:

Roberto: No começo eu não aceitei.

Janete: No começo ele me falou: “Veja se é isso que você quer?” Eu falei que queria. Depois ele perguntou se era o melhor para mim e respondi que sim. “Então você pensa o que quer, porque é mais uma criança.” Eu falei que já tinha pensado. No entanto, hoje os dois se relacionam muito bem. Foi como uma gravidez que você não quer.

Roberto: E inesperada, você acaba gostando e [no fim] dá tudo certo.

Janete: Porque nós também temos uma menina de dois anos e quando engravidei nenhum de nós dois queríamos. Então, quando a gente olha para ela e lembra, pensa: “que pecado, quando eu me engravidei não queria.” Então, a Patrícia e a Carina tiveram a mesma situação. Ele falou: “se você quer, se isso vai te fazer bem...”

Roberto: No meu caso, eu ganhava R\$500,00, ela estava desempregada e tinha acabado de ganhar um neném. Tinha uma [filha] e mais duas [enteadas]. Eu sozinho para pagar água, luz, telefone e mais uma para cuidar. Eu pensei: “eu não vou agüentar e não quero”. Ela falou “vai agüentar sim.” Comecei a falar que, quando a Patrícia crescesse, iria dar o maior trabalho. Falaria que eu não era o pai, que ela não era a mãe e discutiria comigo, mas foi coisa do momento. O que sempre acontecia é que quando íamos dormir, a Janete chorava por causa da menina. Ela mudou o jeito de ser por causa da Patrícia. Porque a Patrícia [antes de ir para o abrigo] estava com

a Sonia [madrasta] sofrendo. Realmente, nós subíamos [à casa dela] e víamos cada barbaridade! Depois ela foi para as freiras, mas nunca chegou à nossa mão. Janete queria ajudar, mas não tinha como. Então, eu falei: “você quer mesmo, vai mudar o seu jeito de ser...?” E realmente foi o que aconteceu.

Janete: Não achei nenhuma [dificuldade]. No meio do primeiro ano em que estava com a gente, ela começou a ficar um pouco rebelde. Conversei com ela e perguntei se queria voltar para o colégio. Falei a ela: “o dia que você não quiser ficar mais aqui, pode me avisar. A gente vai ao conselho e conversa. Vou deixar você escolher onde quer morar. Então, você me avisa”. Porque eu não quero que ela fique comigo obrigada. Ela falou: “Não tia, eu não quero voltar para o colégio. Eu não quero sair daqui”. Então, hoje ela me obedece bem mais que as minhas próprias filhas. É assim: quando falo alguma coisa, ela abaixa a cabeça e escuta, mas as filhas não, respondem. Penso: “ela não é minha filha de sangue e me obedece mais.” Há poucos dias, Patrícia foi fazer endoscopia, porque tem problemas de estomago. Quando saiu, meio dopada, da sala, me deu uma vontade de chorar e as lágrimas desceram. Pensei: “Nossa, ela é minha filha mesmo, porque sinto isso pelas minhas filhas”. Eu sempre choro pelas meninas e quando vi ela saindo dopada, na hora, eu chorei. Na hora, falei para mim mesma: “ela é minha filha porque para eu sentir o que eu senti e chorar...” O único mal - e nem é mal porque ser vaidosa não é ser mal – é que ela gosta muito de ser vaidosa, de trocar de roupa e, para isso, não temos condições. Ela sempre quer estar com chapinha no cabelo. Prometemos uma para ela: “Assim que terminar de pagar o cartão, compraremos uma chapinha para você”. Ela é bem vaidosa e isso doe no coração [não poder dar o que quer]. Ela fala: “eu quero uma calça diferente”. Eu falo: “Patrícia, olha como eu sou, a roupa que uso para trabalhar, é a mesma com que vou para a igreja e quando saio”... Ela é vaidosa, mas tem momentos que não dá para ser.

Roberto completa:

No meu caso, eu me surpreendi bastante, porque no começo, tudo que eu pensei que ela ia ser e acontecer até agora não foi e não aconteceu

nada. Pelo contrario, logo me chamou de pai. Ela falou: “eu consigo chamar você de pai e não consigo chamar a tia de mãe”. Acho que [foi] porque sempre a chamou de tia. Eu falei: “do mesmo jeito que conseguiu comigo você vai conseguir com ela”. E, hoje em dia, converso muito com ela, porque [está] com quatorze, quinze anos [e esta] é a idade que pega fogo mesmo. Eu sento e falo assim... e assim: “mesmo que suas amigas falem que já fizeram e aconteceram ou que façam escondido, você é você e elas, são elas. Não é porque tem um grupo que já fez, que você tem que fazer”. As vezes pego o carro e vamos andando, ou quando estamos sozinhos em casa, converso e ela não fala nada, só balança a cabeça. Ela fala que não vê a hora de começar a trabalhar, ter as coisas dela e ajudar a Janete.

Patrícia continuou a manter contato com a família materna, mas não deseja voltar a viver com ela, como foi falado no depoimento da tia:

Ela também aceita bem a mãe, mas para morar não. Agora ela me chama de mãe e fala: “mãe eu sei que a senhora tem bastante filhos, mas minha mãe tem mais filho ainda, é muita bagunça”. Tem seis, apenas um a mais que eu. Mas é que junta com sobrinhos e os filhos dos vizinhos. São muitas crianças. Então, acho que ela não esta mais acostumada com isso.

Sobre os contatos com os pais, Patrícia disse:

Minha mãe me telefona de vez em quando. A ultima vez foi no dia das mães. Meu pai, eu vejo quando vou para a escola. Porque ele leva minha outra irmãzinha. Eu o cumprimento com a mão. A pequenininha atravessa a rua e me da um abraço. Quando minha mãe [Janete] vai lá [na casa da mãe biológica]. Dou uma passadinha, um oi para ela e depois volto. Com minha mãe, eu chego lá, a gente conversa... normal. Quando meu pai vai em casa, ele também conversa com a gente, mas é coisa rápida, pois na maioria das vezes esta bêbado. Eu mal falo com ele, dou benção e tchau. Agora, quando encontro vizinhos dele, dizem: “nossa como você esta bonita agora!”

Perguntei-lhe o que havia sido mais difícil na convivência com sua nova família e ela respondeu:

É que eu nunca tinha chamado ela [Janete] de mãe. No começo era tia, tia, e todo mundo [falava]: mãe, mãe, mãe... Quando eu ia à casa da minha mãe e estávamos conversando, eu a chamava de tia, escapava, e ela [Cleusa] falava que não era tia, era mãe. Numa vez, eu estava conversando com ela e falei: “..a minha mãe...”, ela perguntou: “que mãe? Sua mãe sou eu!”. E eu falei: “Claro que não, porque mãe é quem cria.” Ela ficou muito magoada, mas pedi desculpas. Eu a considero como mãe, a chamo de mãe e ligo o telefone as vezes, mas não consigo falar para ela “a minha tia...” [quando se refere à Janete] e sim: “a minha mãe falou”. Ela fica um pouco magoada. Não consigo mais morar com a minha mãe e nem com meu pai. Não tenho mais vontade. Se fosse para morar com outra pessoa teria que ser eles [Janete e Roberto] mesmo. Até o resto da vida, até crescer, conseguir uma casa...

Na entrevista Patrícia falou de seus planos para o futuro:

“Quando eu crescer quero morar num local tipo uma república. Vou querer morar com minha prima, filha de outra tia paterna que mora em São Paulo, nos entendemos muito bem. Ela falou que quer fazer uma faculdade. Vamos querer morar juntas depois que comprarmos um terreno aqui em Vargem Grande. Como eu falei, depois de conseguir a casa quero morar em Vargem Grande e quero morar perto. Para ficar perto deles, como falei para minha prima: “eu não quero sair de perto dos meus pais”. E ela quer sair da COHAB onde mora. Então, falei para ela que poderíamos comprar um terreno aqui perto, construir aos poucos, até conseguirmos o que queremos, nosso carro..., trabalhar. Mas eu já falei também que trabalho aqui é um pouco difícil, porque a cidade é pequena. Quando formos trabalhar teremos que ir trabalhar fora. Mas eu já falei, eu não quero sair de perto deles. Falei até para a mãe: “por mim eu moro aqui até a senhora me agüentar, até eu ficar bem velhinha...” Vou decidir se vou morar com minha prima ou com eles.

Quanto à convivência da adolescente com seus pais Janete manifestou em seu depoimento o pouco vínculo afetivo entre eles:

Meu irmão mora no São Marcos [bairro próximo ao dela] e às vezes ele passa pela minha casa ou ela o encontra quando vai para a escola. Ele vem me visitar e acaba vendo ela. Numa vez, Jonas quis se intrometer na vida dela. E acabamos discutindo porque ele não queria que ela namorasse. Depois, ele percebeu que estava errado, foi à minha casa e disse: “eu vou te pedir desculpas porque não te ajudo em nada e nem para criar Patrícia”. Eu falei: “ainda bem que você mesmo percebeu, sem que eu precisasse te falar”. Então, ele viu que estava errado e nunca mais foi na minha casa para se intrometer na vida dela. Às vezes ela o encontra e o chama de pai. Mas ela sabe que, na situação dele, não dá. A mãe liga de vez em quando para falar com ela. Mas vai à casa da mãe quando eu vou e geralmente quando é final de ano. Porque tenho uma irmã que mora próximo a ela. Chego a perguntar se ela quer passar férias na casa dela, mas ela não aceita.

O casal demonstrou manter forte vínculo afetivo com a adolescente, como se constata no depoimento de Janete:

Eu não me arrependo, olho para ela... e não me arrependo. Acho que o positivo foi eu ter conseguido ficar com ela. Obedece-me, é uma boa menina e eu não tenho o que falar. Mãe e filha sempre têm suas briguinhas... Ainda ontem estávamos conversando e ela queria falar sobre namorado. Eu falei: “Ah Patrícia, eu tenho que fazer não sei o que...” Ela falou: “mas mãe, fica aqui, vamos conversar, gosto de conversar com a senhora”. Antes disso, eu tinha falado: “Patrícia, você beijou aquele menino né?” Ela respondeu que não. “Você não me engana Patrícia...”. Ela começou a rir. “Pode falar, eu não vou te bater”. Aí ela falou: “Ah mãe, eu beijei”. “Esta vendo, você não me engana”. Ela queria continuar a conversa e me chamou para sentar e conversar. Depois eu lembrei: “tenho que ter um tempo para elas”. Então, sentei no quarto, a gente ficou brincando, conversando. Andressa, a rebelde, se aproximou e ficamos as três.

Sobre a convivência de Patrícia com as primas, Janete falou com certo orgulho:

No começo, elas [filhas de Janete] tinham um pouco de ciúme, mas aceitaram. Numa vez, Patrícia arrumou uma briga na escola, a Vivian entrou no

meio e não a deixou sozinha. Numa segunda vez, ela falou que quando a Patrícia arrumasse briga na escola, ela não entraria mais no meio. Eu falei: “Você vai sim! Se alguma menina for bater nela, você vai entrar no meio por ser a irmã mais velha dela. É sua obrigação, vai defender ela”. Vivian fala assim, mas na hora ela não deixa. Eu sempre coloquei na cabeça das duas que elas são irmãs. As três foram criadas na mesma casa. Então, eu ponho na cabeça que as três são irmãs e não que Patrícia é irmã adotiva. Trato-as de maneira igual. Lembro de uma música do Sergio Reis que eu escutei e chorei: Filho adotivo. Acho que no futuro ela vai ser uma boa filha. Por tudo que ela fala, que quer trabalhar... [choro].

Roberto: Eu também acho. Até agora a visão que tenho dela, do que ela fala em ter sua casa, trabalhar e estudar. Ela mesma já tem mais ou menos [planejado] o futuro dela. Eu falo: “você já tem que começar desde agora. Estudar, trabalhar...” Na escola, ela não falta por nada. A gente até fala: “você tem alguma coisa por lá”, mas mesmo quando estava namorando ela era assim. Então, se ela não mudar o jeito de ser, acredito muito nela. Acho que pelo fato dela querer trabalhar, ter as coisas desde agora e sabe que tudo isso vem do trabalho, acho bom começar a trabalhar cedo para ter responsabilidade. Ver como se ganha o dinheiro e o que é trabalhar e estudar.

Quando perguntei ao casal, se tinham intenção de adotá-la, rapidamente Janete retrucou: “Mas ela já não está adotada?”

Falei-lhes da diferença entre guarda e adoção e houve discordância quanto à melhor medida porque Roberto se preocupou com a repercussão que teria para os pais de Patrícia: “Mas, e os pais dela?”

Já a Janete se manifestou mais preocupada com a adolescente:

Eu acho que seria bom para ela também, porque já falou para mim... Num dia em que fomos ao posto de saúde, constava o nome da Sonia [como responsável]. Ela perguntou se não daria para passar para o meu nome. Eu falei que mudaria e ela disse que seria bom se pudesse mudar no registro também. Então, acho que ela iria gostar.

Roberto: Eu acho que é uma coisa que deveríamos perguntar para ela.

Janete: Eu acho que ela iria gostar porque em casa a única que não me chamava de mãe era ela. Acho que no coração dela deseja ser minha filha. Uma vez a Larissa perguntou para ela porque me chamava de tia e me perguntou: “ela não é sua filha?” Respondi que era. Não contente, Larissa foi perguntar para a Patrícia: “porque você não chama a mãe, de mãe?”. A partir desse dia ela passou a me chamar de mãe. Porque no meio de tudo aquilo ela deseja ser minha filha e sabe que eu não tenho diferença com ela. Num outro dia, brigou com a Andressa e ela falou alguma coisa sobre o Roberto. A Andressa lhe falou que ele não era o pai dela. Patrícia falou que era seu pai sim, porque a criou. Ela debate, fala o que eu falo para ela. Por isso, que a adoção seria bom para ela.

Roberto: Temos que conversar com os pais antes, para não criar caso.

Janete: Eu não tenho receio de criar caso com os dois porque eles nunca foram pai e mãe. Se a Cleusa quisesse a Patrícia de volta, não teria casado com o rapaz. Ao invés dela correr atrás da filha, se casou com ele, o qual foi o causador de tudo. Casaram-se porque a religião obrigava. Eu concordo que tem que casar mesmo, mas não com a pessoa que fez você perder sua filha. E ela nunca mais foi atrás. Sabe que tem uma filha em Vargem Grande Paulista e tudo bem. Deu um cartão de compras para Patrícia por dois meses, depois não mais. Eu falo para ela não pedir. O pai também não ajuda em nada.

Após ouvir os argumentos da esposa, Roberto lembra atitudes de carinho por parte da sobrinha:

Nessa questão [adoção] eu concordo, pois vejo o carinho que ela tem por mim. Tem vez que ela vai tomar café e pergunta: “já tomou café pai?” Sem que eu espere, ela vem, traz o café e o pão. Ali, ela transmite a preocupação.

Janete: No aniversário do Roberto ela se preocupou: ela e a Andressa levam uma criança para escola e recebem R\$50,00 para dividirem

entre elas. As duas pegaram o primeiro pagamento e compraram presente para o dia das mães. Patrícia, com esse dinheiro, comprou um presente para o aniversário dele.

Perguntei-lhes se tinham vivido outras experiências de acolhimento na família, mesmo quando crianças:

Roberto: Eu não, minha família sempre foi mais reservada. Cada um cuidando da sua. Caso alguém necessite, receberá ajuda, mas cada uma cuidando dos seus membros.

Janete: Uma vez a irmã dele me perguntou por que eu não deixava a Patrícia no colégio [abrigo], justificando que lá era muito bom. Fiquei com vontade de perguntar se ela gostaria de ser criada num colégio de freiras, mesmo sendo muito bom. Preferi engolir seco e fui para casa. O pai dele diz que minhas filhas também são netas dele e aceita, mas eu prefiro ficar isolada, pois me sinto diferente. Devem pensar: “tem duas que não são dele e ainda adotaram mais uma.” Oriente-as a não pedirem nada aos familiares. Tem gente que fala que eu tenho muitos filhos. Isso magoa, mas no fundo eu não ligo porque eu trabalho. Mesmo lavando, passando, eu trabalho... As pessoas vêm que vivemos bem, mesmo tendo cinco filhas. Minhas filhas entram na casa dele [sogro] e saem muito rápido porque não podem mexer em nada e têm que ficar sentadas.

Depois, Janete lembrou de uma situação de quando ainda vivia com sua mãe:

Acho que teve um acolhimento há muito tempo com minha mãe. Porque uma amiga dela havia deixado duas crianças e nunca mais aparece. Depois, minha mãe morreu e não foi possível adotá-las. As crianças tinham ficado com ela por aproximadamente um ano. Minha mãe morreu em 1985 e cada filho foi para uma tia e essas crianças também, cada uma foi para uma família. Eu tinha sete anos. Uma vez, em que eu estava no fórum com minha tia, encontrei o menino, e o chamei, mas ele nem me conhecia mais. Já estava

indo com outra família e fiquei feliz por ele. Minha mãe havia tentado, mas também passou por muita dificuldade.

Janete faz a relação de sua história com a de sua sobrinha:

Porque hoje ela esta sendo adotada e no passado não tive essa oportunidade, fui “pulando de casa em casa”. Talvez se tivesse aparecido uma tia que gostasse de mim como gosto dela, eu não tivesse sofrido tanto. Minhas tias eram todas doidas, só sabiam beber, bater na gente, nos colocar para fora e depois pegar de novo. Então, isso mexeu com a cabeça da gente. Se tivesse tido uma tia que dissesse: “Você vai morar comigo e vou te criar”... Teria sido diferente. Como no caso da Patrícia, se eu não a pegasse quem a tiraria do colégio? Porque os familiares da Cleusa moravam próximo a ela. Meu irmão chegou a falar para deixá-la no colégio até os dezoito anos. Pensei: “Ela tem família. Eu não vou dar as costas para ela porque eu sei o que eu passei”. E eu creio que ela dá valor para a gente.

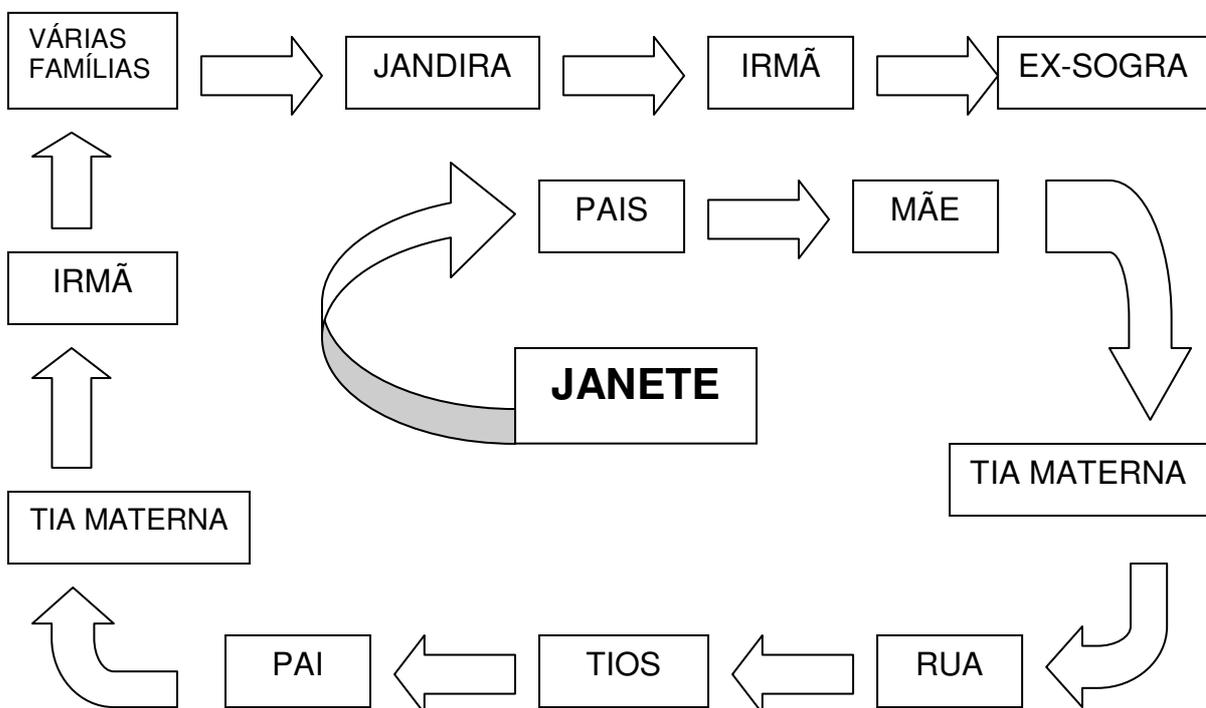
Janete tem um histórico de perdas, abandonos, negligências e outras violências. Situações que lhe forçaram a cometer muitas fugas. Já Roberto não teve essa vivencia, mas teve uma infância com pais muito rígidos e reconhece ter sofrido violência psicológica e ter sido obrigado a realizar trabalho infantil, conforme relatou:

“No meu caso já é diferente, tenho pai, mãe, irmã e família até hoje, mas foram bem rígidos. Comecei a trabalhar com onze anos. Meu pai me disse: “a partir de hoje a minha obrigação com você é dar arroz e feijão. Agora, caderno, lápis, tênis você vai se virar”. Eu pensava: “mas onde eu vou trabalhar?” [o pai falava:] “Ah você não vai trabalhar?” Eu estava comendo e ele dizia: “você não tem vergonha, não? Esta comendo o meu suor”. Houve uma época em que eu já não sentava à mesa com ele, porque seria humilhado e a comida não descia. Almoçava em horário diferente do dele. Eu não brincava na rua e não passava do portão para fora. Quase não tinha amizades, não saía e quase não fazia nada. Ele prendeu eu e minhas irmãs até o ultimo momento. Chegou até um certo dia em que ele me chamou para ir ao mercado.

Fomos até lá, ele comprou algumas coisas e conversou com o dono. Eu estava num canto e logo em seguida veio com o dono do mercado, nos cumprimentamos e fui levado para conhecer uma das funcionárias do caixa. O dono do mercado me orientou que, conforme ela passasse os produtos, eu iria empacotando. Perguntou se eu tinha entendido e se estava bom para o meu pai. Meu pai foi embora e me deixou lá. Eu xingava assim na mente. Comecei ganhando R\$1,00 por semana e depois ganhava caixinhas. Depois de fixado um salário, meu pai exigiu que todo mês eu pagasse a conta menor, no caso era a de água e sempre comprava minhas coisas. Depois que cheguei aos quatorze, quinze anos passei a ficar rebelde. Ele trancava porta para não deixar que a gente saísse. Minhas irmãs pulavam a janela. Até que ele não segurou mais ninguém, já não falava com minha irmã e batia nela porque tinha namorado. Eu e meu pai quase não conversávamos e ele deixou que eu me virasse sozinho. Mesmo o arroz e o feijão que ele se comprometeu a me dar, ficava “jogando na cara” e nunca mais me deu nada. Sempre trabalhei e não acho que foi ruim, porque hoje em dia não consigo ficar um dia sem trabalhar. O que ele me mostrou é que tudo vem do trabalho. Fazia com que fossemos dormir às seis horas da tarde. Ligava a televisão, mas o controle ficava com ele para assistir o que quisesse. Nunca tive festa de aniversário e nem ganhava presente. Quando fiz o aniversário da minha filha meu pai achou ruim, alegando ser um luxo e que estava gastando o que não podia. Falei para ele que eu nunca tinha tido e gostaria de fazer para as meninas. Ele nunca nos levava para passear...” Quando vamos à igreja as meninas correm e meu pai fala que, se fosse eu, ele me pegava pelo braço ou torcia a orelha até sair sangue. Ainda bem que não sou mais criança. Ele me critica porque vê a liberdade que dou para minhas filhas. Uma vez que começamos a nos entender, ele passou a querer interferir no nosso relacionamento. Então, preferi me afastar e deixamos de freqüentar a igreja [o pai dele é o pastor]. Agora voltamos a freqüentar e sei que independente dele ser meu pai, ele tem a vida dele e eu a minha.

A Janete, então, conclui: Vim falar da Patrícia e acabei falando da minha vida.

3.3 – A HISTÓRIA DE JANETE: UMA FAMÍLIA DE “CIRCULAÇÕES”



Janete (31 anos) estudou até a 6ª série do ensino fundamental. Ela era a mais nova de uma prole de 6 filhos. Quando pequena, seus pais se separaram, ela e os irmãos ficaram sob os cuidados da mãe, a qual faleceu por doença cardíaca, quando ela tinha 7 anos de idade. Um dos seus irmãos, aos 10 anos de idade passou a cometer pequenos furtos, foi internado na Febem e aos 18 anos foi assassinado. Os demais são casados e na medida do possível, estão bem (sic).

Com o falecimento da genitora, ela e dois irmãos foram morar com uma tia materna, a qual os agredia muito fisicamente. Antes de completar 09 anos de idade, fugiu de casa e ora ficava com familiares, ora ficava na rua. Posteriormente seu genitor providenciou uma casa para morar com os filhos, mas não conseguiram mais se adaptar a ele. Descreveu em seu relato sua circulação e a de seu irmão:

“ Meu irmão [Jonas] ficava mais na rua. Mesmo sendo loirinho dos olhos verdes, as pessoas não o aceitavam por ser menino. Acho que sofri menos por causa disso, tive um pouco mais de sorte. A minha tia mesmo o rejeitou. Houve uma vez em que de madrugada, ele bateu na porta da casa dela, no bairro do Glicério [centro de São Paulo], onde eu morava com ela e tinha nove anos. Abri a porta para ele, minha tia veio e deu dois tapas no rosto dele. Deu outro em mim e falou: “eu mandei você abrir a porta para ele?” Pensei: “mas, ele é meu irmão, como eu vou deixar ele na rua?” Então, eu tinha abrigo naquele momento e ele não. Ele vivia mais na rua do que eu e logo eu fugi da casa dela também. Essa tia já não é mais viva, ela usava drogas eu não sabia, era criança. Envolveu-se com bandidos que acabaram matando-a. Era até bem de vida e morava em apartamento. Lembro dela, mas não de coisas boas, apenas de coisas ruins.

Atualmente Janete questiona porque não fora atendida por alguma instituição de proteção, a fim de romper com as situações de risco a que se submetera:

Hoje eu penso que agora o conselho [tutelar] e a justiça estão muito diferentes. Porque eu vivi muito tempo na rua e até hoje penso porque ninguém nunca me acolheu e me tirou da rua? Como pude morar tantos anos na casa de vizinhos, tendo uma família por mês? Não sei, porque eu era criança e hoje tudo está mudado.

Diferente da sobrinha, ela circulou na casa de familiares e de terceiros, mas em ambos foi submetida aos maus tratos:

Eu também fiquei com minha tia. Ela judiava muito de mim, me batia e eu fugi da casa dela. Depois o juiz me tirou dela e me deu para minha irmã, mas com ela também não deu certo porque me batia demais e eu também fugi. Assim passei por várias casas. Até chegar em Vargem Grande onde morei em muitos lugares e com muitas famílias. Para a Patrícia ainda foi bom porque conseguiu uma família logo e se adaptou. O que percebi, foi: que em toda família que eu morava, apenas me queriam para limpar o chão, lavar a louça

bem lavadinha, sempre deixando a pia bem limpinha. Então, aquilo me fazia fugir de cada casa.

Das famílias que a acolheram, Janete faz referencias positivas à de Jandira:

Houve uma vez que eu fugi da casa de uma mulher e fiquei sentada perto de uma padaria. Eu tinha quase onze anos e pensava: “o que eu vou fazer agora?” Estava no Valo Velho [bairro da zona sul de São Paulo] e minha família morava em Santo Amaro. Fiquei sentada ali um bom tempo e uma mulher me perguntou o que eu estava fazendo ali. Ela veio falar comigo e me perguntou dos meus pais. Comecei a lhe falar minha história e que tinha acabado de fugir de uma casa porque a mulher me deixava cuidando do filho dela e não me dava comida. Cheguei a desmaiar de fome. Trabalhava e cuidava de mim e do menino para ela. Não agüentei aquela situação. Ela perguntou se eu não queria morar com ela. Chamou seu marido, o qual disse que colocaria dinheiro no banco para mim e eu seria muito feliz. Eu me empolguei com aquilo... Até hoje eu sinto saudades deles.”

Perguntei-lhe porque não continuou com aquela família e me disse:

“Não deu certo. Ela me colocou na escola. Foi a única que se interessou em me colocar na escola. Jandira, o nome dela. Ela era muito boazinha, até hoje tenho vontade de revê-la. Mas quando fiz doze anos e estava na escola, fiz amizades que não prestaram. Minha cabeça “virou”. Eles [Jandira e o marido] me davam horário para chegar em casa eu não aceitava. Fui mais rebelde que a Patrícia. Ela é mais boazinha. Aquelas amizades viraram minha cabeça e quis morar com outras pessoas, mas elas não me queriam morando lá. Foi onde que sai do Valo Velho. Tinha feito amizade com uma menina, não saía da casa dela e pensei que moraria ali, mas não deu certo. A Jandira me levou para minha família, já que eu não queria mais morar com ela. Levou-me para minhas irmãs, porque ali não me deixaria. Foi a última família que eu me dei bem e eu não quis. Até hoje me arrependo. Até hoje tenho vontade de ver ela porque foi a última família que me adotou, que fiquei com eles e até hoje sinto muita saudades. Mas eles não moram mais naquele

local porque já fui lá e não os encontrei. Se um dia eu vê-la quero pedir perdão pelo que fiz, mas não sei onde ela mora. Depois fiquei dormindo na casa de minhas irmãs ou de amigas.

Janete em seu depoimento demonstrou ter rompido com o círculo de violências que sofreu, pois reconstruiu sua vida e tenta proporcionar o melhor para suas filhas e sua sobrinha, superando seu passado:

Eu nunca me dei bem com minha irmã mais velha e quando eu tinha quatorze anos ela falava que eu ia “arrumar uma barriga” e sumir dali logo. Essa minha irmã nunca foi minha amiga, a outra já era mais. Era a única que tinha casa para nos acolher, mas ela brigava com todo mundo e todos iam embora. Éramos: eu, a Valdete e o Paulo, que morreu aos dezoito anos porque virou ladrão cedo. A minha vida e a do Jonas foi muito complicada. Então, quando eu o encontro, a gente se abraça e chora. Ele fala: “a gente sofreu muito”. Eu olho para ele e digo: “a gente sofreu, mas olhe para mim... para você... Eu não casei e tive filho? Tenho minha casa, meu marido e você, na mesma situação!” O meu irmão vive o passado, o que ele sofreu. Eu não. Quero esquecer. Ontem mesmo, ele ficou lembrando quando morou na Praça da Sé por dois anos e chorou. Sinto dó dele, oro muito por ele e pela vida dele. Peço a Deus todos os dias que ele seja diferente e saia dessa. Porém, não posso ficar atrás dele vinte e quatro horas, pois, tenho minhas filhas também. Nós vivemos uma época em que os mais velhos sofreram, mas os mais novos mais, porque eram crianças. Tinha casa em que diziam: “porque tem o olho verde, eu a quero. Seu olho é um verde mais claro, eu não te quero”.

Janete disse que aos 16 anos engravidou e antes que sua filha Vivian nascesse o seu genitor foi assassinado. Com esse episódio, foi acolhida pela sua ex-sogra, a qual obteve sua guarda até os 21 anos. Sua ex-sogra contribuiu para que voltasse a estudar e a ajudou a conseguir o reconhecimento de paternidade no registro de nascimento de Vivian. Janete precisava trabalhar e sua ex-sogra gostava muito de crianças, então se propôs a assumir a guarda provisória da neta, a qual por desejo próprio voltou a morar com a mãe no período em que a meia irmã mais nova nasceu, há

aproximadamente dois anos. Disse que sempre manteve contato com a filha e a avó paterna. Com esta última, mantém contato até hoje.

Depois que saiu da casa da ex-sogra, viveu maritalmente por dois anos com um rapaz, pai de Andressa-10 anos, o qual paga pensão alimentícia e mantém contato quinzenal com a filha. Hoje, está casada há cinco anos com Roberto, rebobinador, com quem teve Larissa-4 anos e Carina-2 anos. Segundo seu ponto de vista, vive muito bem.

4- ANÁLISE DESSAS HISTÓRIAS, E DE SEU SIGNIFICADO COMO EXPRESSÃO DE UM COLETIVO

Este estudo parcial sobre a circulação de crianças e adolescentes no município de Vargem Grande Paulista, se propôs a analisar, não apenas a trajetória de crianças/adolescentes que são cuidados por uma família que não a de origem, mas também daqueles que, durante sua infância e/ou juventude, “circularam” entre várias famílias, instituições e vivências na rua.

Os três casos estudados foram permeados por algumas semelhanças. Considero que a principal semelhança foi a questão sócio econômica das famílias de origens, pois as três se encontravam em condição de alta vulnerabilidade social agravada pelo falecimento dos genitores, pelo uso excessivo de álcool por parte dos cuidadores, por abandono e por violências física, psicológica e sexual.

São crianças e adolescentes que, diante desse quadro de vulnerabilidade, foram obrigadas a circular, sendo que essa circulação em alguns momentos, foi resultado de uma opção em busca de proteção e segurança. Por mais sofrimento que tenham passado, não demonstraram interesse em ignorar a existência da família de origem, pois os vínculos afetivos permaneceram e a idéia de pertencimento a uma família manteve seu valor. O rompimento com a circulação, apresentou-se como possível naquelas situações em que puderam reconstruir suas histórias a partir de referenciais positivos que vivenciaram junto às famílias que os acolheram. Na falta desse acolhimento, ou em sua ruptura, o processo de circulação é retomado – como acontece na história do Luis.

A circulação de crianças em situação de alta vulnerabilidade se faz entre famílias (de origem, extensa ou de acolhimento), instituições de acolhimento e vivência na rua.

Assim como a autora Claudia Fonseca apontou em suas pesquisas que boa parte das crianças que circulam é filho de mães adolescentes e/ou de pais que se separaram, os adolescentes, Luis e Patrícia, também são filhos de jovens mães e que se separaram. No seu depoimento, Cristina (mãe de Luiz), situa o seu relacionamento com o companheiro, pai de seu filho, aos 12 anos de idade:

Depois fomos [eu e minha família] morar em Ibiúna, quando conheci o pai do Luis, o qual tinha a mesma idade que eu, doze anos; éramos duas crianças. Ele se chama José também e sabe que é o pai do Luis, pois, o viu quando pequeno. Minha mãe descobriu que ele usava drogas (acho que por isso é que o Luis tem problemas com as drogas). Por causa das drogas, minha mãe nos separou e me trouxe de novo para Vargem Grande...

Quando Patrícia nasceu sua mãe contava com 17 anos de idade e tinha tido seu primeiro filho aos 15 anos. Seu relacionamento com o pai da adolescente também não durou por muito tempo.

Nos casos desses adolescentes também foi necessária a circulação em instituições de abrigo quando a situação se agravou, sendo aplicada essa medida de proteção por parte do judiciário. Porém, mesmo estando abrigados, não foram abandonados, pois recebiam visitas freqüentes de familiares e de antigos guardiões. Em ambos os casos, os profissionais e instituições trabalhavam com empenho para que houvesse a manutenção dos vínculos visando a reinserção familiar.

No caso de Janete, ela não foi abrigada e, até, questiona não ter tido essa medida de proteção por considerar que lhe fez falta na época. Teve um período de vivência na rua sem que tivesse tido qualquer apoio institucional de acolhimento, como expressou em seu depoimento:

Hoje o conselho [tutelar] e a justiça estão muito diferentes. Porque eu vivi muito tempo na rua e até hoje penso: porque ninguém nunca me acolheu e me tirou da rua? Como pude morar tantos anos na casa de vizinhos, tendo uma família por mês? Não sei, porque eu era criança e hoje tudo está mudado.

Há, ainda permeando estas histórias, fatos indicativos de circulação de outros personagens deste contexto:

- Cristina, mãe de Luis, passou a circular aos 16 anos quando seus pais morreram e sua família se desestruturou. Ela e duas irmãs fugiram para S. Roque/SP com medo que o conselho tutelar as abrigasse. Uma das irmãs foi abrigada e, posteriormente, adotada por americanos.
- Jonas, pai da Patrícia, aproximadamente aos 8 anos de idade, após o falecimento da mãe, passou a circular entre a casa de familiares e a rua. Sua irmã, Janete, contou que ele chegou a permanecer por dois anos na Praça da Sé, São Paulo/SP e costumava ser rejeitado pelas famílias:

“Meu irmão [Jonas] ficava mais na rua. Mesmo sendo loirinho dos olhos verdes, as pessoas não o aceitavam por ser menino. Acho que sofri menos por causa disso, tive um pouco mais de sorte. A minha tia mesmo o rejeitou...”

Antecedentes de violência, negligência e abandono

Tanto na história de Luis como na de Patrícia e na de Janete, houveram situações de violência, negligência, abandono e uso imoderado de álcool por parte dos cuidadores, as quais foram determinantes em alguns momentos dessa circulação. Além disso, os dois primeiros tiveram a experiência de conviverem com a presença de uma figura masculina (padrastos¹³) de forma negativa.

Os padrastos, Benedito e Antonio, tiveram condutas inadequadas no que diz respeito à sexualidade. O primeiro ainda tinha o agravante de ser alcoolista. Cristina, mãe do Luis, disse ter saído de casa em virtude do alcoolismo e da traição por parte dele. O adolescente havia relatado também que ele assediava sexualmente as amigas da filha que freqüentavam a casa dele. Foram pessoas que não puderam garantir a segurança e a proteção básica necessárias para a manutenção dos adolescentes em suas famílias de

¹³ No caso do Luis, o segundo companheiro da mãe que viveu com ela ainda em seu período de gestação, apesar de não ser o pai biológico, o assumiu e cuidou dele como pai, inclusive, o registrou em seu nome. A figura masculina negativa referida é a do companheiro atual de sua mãe.

origem. Pelo contrário, contribuíram para que isso não acontecesse. Janete fez essa reflexão:

Acho que éramos os familiares que moravam mais longe da casa da mãe dela. Como o padrasto tentou violentá-la, eles [judiciário] não queriam de jeito nenhum que Patrícia ficasse com os parentes da mãe dela porque eles moravam muito próximos...

Os dois jovens foram expostos ao abuso sexual. Patrícia por parte do padrasto e Luis por um outro adolescente do abrigo. Os dois logo foram retirados da situação de risco. Nenhum deles fez qualquer referência a este assunto durante as entrevistas.

Quanto à Janete, ela iniciou sua circulação após o falecimento da mãe. Passou, então, por várias famílias onde vivenciou violência física, psicológica, negligência e exploração do seu trabalho ainda criança.

A vivência de determinadas experiências pessoais pode levar, por um lado à predisposição do acolhedor a acolher e, por outro lado, do acolhido a aceitar o acolhimento

Os estudos de caso feitos, permitiram perceber que pessoas que foram acolhidas na infância ou que conviveram com essa experiência em suas famílias, têm pré-disposição para o acolhimento. Vêm com naturalidade assistir ao filho do outro, esperando contribuir para o seu desenvolvimento. Colocam-se no lugar da criança que deseja conviver com sua família de origem, embora não admitam o retorno, caso este lhe traga riscos.

Rodrigo: *...Tiveram outros casos de conhecidos, não familiares. Algumas pessoas que ficaram um bom tempo em casa. Nenhum familiar. Era legal. É lógico que problemas todo mundo tem, mas era legal. Era uma grande família. Quando iam embora, a gente sentia como se fosse alguém da família. Mas era gostoso. Agora, todo mundo mudou, não acontece mais. Quando vêm, passam uns dias e vão logo embora...*

...Para mim, na verdade, de tudo que vinha acontecendo, eu senti um alívio em saber que ele estava com a mãe. Chegou um momento em que eu via que não conseguiria mais dominar o Luis. Senti um alívio. Infelizmente ele estava batendo nas crianças da escola. A

gente conversava: “Oh Luis não é assim”. Para mim, quando foi providenciada a documentação para guarda ficar com a mãe, eu me senti aliviado porque pelo menos não estava em qualquer lugar, estava com a mãe. E, agora, se ele aprontasse alguma coisa a responsabilidade seria dela.

Uma hipótese que também emerge dessa observação é a de que um acolhimento é favorecido quando a pessoa que acolhe apresenta alguma identificação com a criança/adolescente. Para Luis, foi a condição de ser órfão de pai, situação esta também vivenciada pelo seu acolhedor. Da mesma forma, Janete, identifica-se com Patrícia em sua situação de abandono, violência e maus tratos, semelhante à vivida por ela.

Luis: Até que foi bom. Ele me ensinou como viver sem o pai. No caso, ele também vivia sem o pai dele. E, numa parte, isso é bom porque você está sem o pai, mas tendo uma força para poder superar...

Janete: Porque hoje ela esta sendo adotada e no passado não tive essa oportunidade, fui “pulando de casa em casa”. Talvez se tivesse aparecido uma tia que gostasse de mim como gosto dela, eu não tivesse sofrido tanto. Minhas tias eram todas doidas, só sabiam beber, bater na gente, nos colocar para fora e depois pegar de novo...

Quando o acolhimento possibilita a construção de vínculos, a idéia da adoção emerge, independente da idade, da etnia e do gênero do acolhido

Os jovens estudados nesta pesquisa conseguiram ser acolhidos já adolescentes e seus guardiões chegaram a manifestar o desejo pela adoção¹⁴. Conforme dados constantes no processo judicial, Letícia, guardiã do Luis, se dirigiu à promotoria de justiça para manifestar seu interesse pela adoção do adolescente. Justificou esse desejo por já conhecê-lo por mais de um ano e manterem bom vínculo afetivo. Caso, essa ação fosse ajuizada, seria juntamente com seu marido, Rodrigo, os quais eram brancos e o adolescente, negro.

¹⁴ Esta observação é significativa principalmente porque os dados nacionais apontam que o número de adolescentes a serem adotados é bastante significativo. Conseguir uma família para essa faixa etária costuma ser quase impossível.

Quanto à Janete, ao ser perguntada se teria interesse pela adoção, indagou com espanto:

Mas ela já não está adotada?...Eu sempre coloquei na cabeça das duas [sua filha mais velha e Patrícia] que elas são irmãs. As três foram criadas na mesma casa. Então, eu ponho na cabeça que as três são irmãs e não que Patrícia é irmã adotiva. Trato-as de maneira igual. Lembro de uma música do Sergio Reis que eu escutei e chorei: Filho adotivo. Acho que no futuro ela vai ser uma boa filha...

Esse fato, provavelmente, foi favorecido porque, em ambos os casos, as famílias que acolheram já mantinham algum tipo de vínculo com as famílias das crianças acolhidas:

Rodrigo: Eu conheci o Luis quando eles [o adolescente e o pai] moravam num asilo em que o pai dele era caseiro. Minha mãe levava mantimentos para eles, pois os tinha conhecido na fisioterapia [do município]. Porque o sr. José teve um problema de saúde. Como [minha mãe] o conhecia e sabia da sua história - sabia que passavam por dificuldades - começou a ajudá-los. Foi assim que eu conheci o Luis. Logo depois eles foram despejados do asilo. Como minha mãe tinha um quarto [na propriedade dela] levou-os para lá.

Patrícia: Sou [feliz], não teria outro lugar que eu pudesse escolher para ficar. Como falei para minha mãe [maneira como se refere à tia Janete]: "lembra quando eu era bem pequena na COHAB em que moramos?" Eu vivia na casa dela, atrás dela. Eu sempre falava para minha mãe biológica que eu queria morar com a minha tia. Quando eu estava com ela, minha mãe [Cleusa] tinha que me buscar, porque eu ficava lá, dormia lá e não voltava. A gente era muito apegada. E a vida me fez ir para lá e para cá e hoje estou com ela.

Os depoimentos apontam a falta de informação das pessoas sobre a diferença entre guarda e adoção. Mesmo não havendo a formalização, dizem que a criança foi adotada. Além disso, quando possuem a guarda já supõem que a adoção esteja regularizada. Isso demonstra que independente da formalização, o que os importa é que a criança esteja sendo cuidada por eles, o quanto ambos estão vinculados afetivamente, o cumprimento das obrigações e de certa forma, o grau de cumplicidade que se estabeleceu na relação.

O significado da circulação

Nos casos analisados puderam ser observados alguns benefícios decorrentes da circulação: a oportunidade de entrar em contato com outras referências de família, a ampliação de suas redes de relações e o recebimento de cuidados e de afetos.

Quanto à adaptação aos costumes e regras da família de acolhimento, percebi que se torna mais fácil quando essa acolhida se dá por membros da família extensa, uma vez que, geralmente, há pouca diferença em suas dinâmicas. Além disso, o estranhamento é menor quando já houveram contatos na primeira infância. Patrícia falou da dificuldade superada:

Eu não esperava nada porque o que tivesse que acontecer aconteceria. Se desse certo, ficaria com eles. No começo foi um pouco difícil para eu me acostumar, mas depois fui me adaptando. Agora é normal, ele é meu pai, ela minha mãe e eu falo para todo mundo... No começo, às vezes eu sentia falta das meninas do colégio [abrigo], tinha vontade de voltar [para] lá...E eu brigava demais com minha prima Andressa, que tem quase a mesma idade que eu. Para mim, foi mais um peso porque eles já tinham quatro meninas e aí vem mais uma, já crescida... Mas depois fui entendendo, eles me dão tudo que preciso.

Quando se trata de terceiros, o impacto da dinâmica familiar sobre a criança e da criança sobre a dinâmica familiar, pode ser maior. No caso de Luis, ele tinha uma família idealizada e procurava alcançá-la através de tentativas com diferentes experiências. Acreditou que essa possibilidade estaria no convívio com seus guardiões mas se decepcionou:

Meu pai morreu e eu fiquei morando com ela [Marlene-guardiã]. Não gostei e fui pro orfanato. Porque eu não gostava do modo como ela administrava a casa, do modo como ela me tratava e do jeito dela. Ela era muito rigorosa, principalmente em negócios de escola... Foi bom até a parte que ele [Rodrigo] me adotou, aí foi bom. Porque quando fiquei com ele pude comparar a dona Marlene e ele: o jeito dela manusear a casa, o jeito dele me tratar e o jeito dela. Só que, o que ele tinha de ruim é que xingava muito, falava vários palavrões, coisa que eu não gosto. Eu conversei com ele, que respondeu: “esse é o meu jeito. Você quer ser de seu jeito... [tem de aceitar que este] é o meu jeito”. Não tinha como mudar o jeito dele. Então

falei: “está bom, se este é o seu jeito, não gostei desse seu jeito e vou embora”. Foi isso que eu falei para ele. Foi quando eu fui para a casa da minha mãe.

Sobre a convivência com a última família que o acolheu, Luis disse:

Está bem melhor do que a minha mãe e do que passei com o Rodrigo. Bem melhor. Porque o jeito dela [Célia] manusear a casa, foi o jeito que eu pensava que a minha mãe iria manusear. Só que, até então, a minha mãe não foi desse jeito. A dona Célia esta sendo a mãe que eu nunca tive. Ela dá carinho para mim. Como o carinho que dá para o filho mais velho dela... Um jeito normal. O mesmo jeito que ela trata o filho dela, ela me trata também. Já na casa da minha mãe, não, me tratava diferente. Cada um ela tratava de um jeito. Não eram todos de um jeito só. Acontecia a mesma coisa com o Rodrigo. Ele tratava a filha dele de um jeito e eu do outro. Dava mais atenção para ela do que para mim. Agora, no caso da dona Célia, dá atenção para os dois. Na casa da Célia, ninguém bebe, é tudo normal. Coisa que eu queria ser, gente normal, sem bebida. Normal, que nem a senhora é. A senhora tem vício? –“Não”. Eu queria [viver com] uma pessoa assim, que não tivesse vícios.

Janete, ao ser acolhida por uma família que (segundo sua visão atual) poderia lhe ter garantido um futuro melhor, não conseguiu se adaptar à sua dinâmica, que era diferente da de sua família de origem. Tanto ela, como Luis, disseram ter se arrependido por deixar famílias que consideravam boas.

Janete: Foi a ultima família que eu me dei bem e eu não quis. Até hoje me arrependo. Até hoje tenho vontade de ver ela porque foi a ultima família que me adotou, que fiquei com eles e até hoje sinto muita saudades...

No depoimento de Rodrigo ele se refere a uma conversa com o Luis, na qual o mesmo falou-lhe: “Rodrigo, eu me arrependi”. *Eu falei: “Luis, eu te entendo, mas hoje eu não tenho como te acolher”. Ele falou: “Nossa! Que burrada eu fiz na minha vida!”.*

Quanto ao significado da circulação entre as famílias, me parece que para o Luis foi algo natural e estava aberto para mudanças, pois buscava pessoas que cuidassem bem dele, mas principalmente que lhe demonstrassem carinho e atenção.

Luis: Fui morar na casa dele [do Rodrigo] justamente porque eu queria sair do orfanato. Antes, eu morei na casa da dona Marlene, mas não queria mais morar com ela. Então, ele pegou minha guarda. Eu tinha ido para o orfanato, ele ficava me visitando, e um dia perguntou se eu queria ir morar com ele. Só que, até então, era a mesma coisa que [no tempo da] dona Marlene, só mudava o responsável. Até que foi bom, porque eu já conhecia o

Rodrigo, e as pessoas do abrigo eram estranhas para mim. Fui conhecendo o jeito delas aos poucos.

Porém, segundo os depoimentos, houveram experiências ruins também em algumas famílias de acolhimento:

Cristina, mãe do adolescente: Para o Luis, ter vivido com o pai foi bom, mas com o Rodrigo, não. Por causa das drogas e porque o Rodrigo passou a espancá-lo. Luis tem uma cicatriz na cabeça por agressão com um taco. Até para namorar as meninas o Rodrigo não deixava. Ele tinha uma namoradinha, foi levá-la em casa e o Rodrigo “tocou-a”. O irmão do Rodrigo mexia com drogas e o Luis tinha que empacotar para ele vender. E era no quarto em que o Luis dormia. O que eu falei: “Luis você vai ao fórum e conversa tudo o que sabe, não esconde nada”. E mesmo assim, ele ficou com medo do Rodrigo e não contou. Contou “repicado”, por cima.

Janete: ...O que percebi, foi: que em toda família que eu morava, apenas me queriam para limpar o chão, lavar a louça bem lavadinha, sempre deixando a pia bem limpinha. Então, aquilo me fazia fugir de cada casa.

O significado da circulação para a família de origem

A busca por compreender o significado da circulação de seus filhos para as famílias de origem, permitiu identificar que os genitores dificilmente conseguem perceber suas próprias fragilidades e responsabilidades por essa situação, o que as leva a pleitear um retorno da guarda. Também fica evidente que um determinante da circulação, pouco percebido por eles, foi a falta de apoio suficiente da família (que em todos os casos examinados estava extremamente fragilizada), da sociedade e do estado, para a superação de suas vulnerabilidades.

Esta análise ficou um tanto prejudicada pela impossibilidade em entrevistar os pais de Patrícia, sendo possível apenas a coleta de informações nos processos judiciais e na entrevista de Cristina, mãe do Luis:

Fui ao conselho [tutelar], mas disseram que enquanto eu não saísse do meu problema não daria conta. Que era o problema de bebida. Então, não pude correr atrás dele também.

Em seu depoimento, Janete expõe sua indignação com a conduta da mãe de Patrícia:

... Se a Cleusa quisesse a Patrícia de volta, não teria casado com o rapaz. Ao invés dela correr atrás da filha, se casou com ele, o qual foi o causador de tudo. Casaram-se porque a religião obrigava. Eu concordo que tem que casar mesmo, mas não com a pessoa que fez você perder sua filha...

Nos casos de Patrícia e de Janete, os pais não recorreram à justiça para tê-las de volta o que significa que aceitaram a modificação de guarda. Os pais de Patrícia concordaram com a guarda pela tia paterna. No que se refere à Janete, segundo dados constantes no processo judicial, o genitor já a havia abandonado quando o processo de circulação se iniciou:

Posteriormente seu genitor providenciou uma casa para morar com os filhos, mas não conseguiram mais se adaptar a ele.

Por outro lado, consideram-se contemplados quando tomam conhecimento de que seus filhos estão sendo bem cuidados em outros lares, ainda que, por vezes, coloquem restrições e expressem o desejo de continuarem a ser consideradas e lembradas como família. Cristina, mãe de Luiz, disse em entrevista, que quando soube que o filho estava sob os cuidados de uma família de acolhimento, pensou:

“Se ele está feliz, eu não posso fazer nada, mas ele não pode esquecer que tem uma família”.

Cleusa, mãe de Patrícia, em uma conversa com a filha se queixou por não ser reconhecida como a genitora:

...Quando eu ia à casa da minha mãe e estávamos conversando, eu a chamava de tia, escapava, e ela [Cleusa] falava que não era tia, era mãe. Numa vez, eu estava conversando com ela e falei: “..a minha mãe...”, ela perguntou: “que mãe? Sua mãe sou eu!”. E eu falei: “Claro que não, porque mãe é quem cria.” Ela ficou muito magoada, mas pedi desculpas.

O significado da circulação para a família de acolhimento

Ao serem perguntados sobre as dificuldades sentidas ao acolherem adolescentes, os acolhedores enfatizaram sua preocupação em não conseguirem que estes aceitassem as regras familiares, estabelecidas por pessoas que não fossem seus pais.

Marlene, primeira família que acolheu Luis, numa ocasião se dirigiu ao conselho tutelar alegando não pretender renovar o termo de guarda, pois o adolescente continuava desobediente, desafiando as normas e cheirando gasolina. Já para o filho dela, quando cuidou do adolescente disse ter tido mais facilidade:

Eu não via tanta dificuldade. Acho que o que me preocupava era o que passava pela cabeça dele: “Ele não é meu pai e ela não é minha mãe porque eu tenho que obedecer?”. Às vezes eu sentia isso, mas sempre onde eu estava, numa festa, num passeio, ele estava junto. Tanto comigo, como com a Letícia. Se fosse eu, iria me sentir como ele se sentiu, como um estranho no ninho.

Essa questão de não acatarem as orientações e regras, por não serem filhos biológicos, também preocupou Roberto:

...Comecei a falar que, quando a Patrícia crescesse, iria dar o maior trabalho. Falaria que eu não era o pai, que ela não era a mãe e discutiria comigo, mas foi coisa do momento.

No caso de Patrícia, em princípio, houve uma preocupação com a questão financeira, mas esta não foi um determinante para que o acolhimento não ocorresse.

Roberto: No meu caso, eu ganhava R\$500,00, ela estava desempregada e tinha acabado de ganhar um neném. Tinha uma [filha] e mais duas [enteadas]. Eu sozinho para pagar água, luz, telefone e mais uma para cuidar. Eu pensei: “eu não vou agüentar e não quero”. Ela falou “vai agüentar sim.”...Janete queria ajudar, mas não tinha como. Então, eu falei: “você quer mesmo, vai mudar o seu jeito de ser...?” E realmente foi o que aconteceu.

Janete:...Foi por amor a ela. Eu pensei em pedir ajuda [financeira] para o conselho tutelar ou para qualquer pessoa. Mas eu ia ficar com ela. No entanto, não precisou até hoje, graças a Deus. Apesar de que, precisar a gente precisa, mas não depende disso.

Roberto completou: *Como diz aquele ditado: “Onde come um, comem quinze”. E graças a Deus até hoje nunca faltou nada.*

Sobre o acolhimento, Janete e Roberto fizeram a associação à uma gravidez não desejada, mas cujo resultado foi positivo:

Janete: *...Foi como uma gravidez que você não quer.*

Roberto: *E inesperada, você acaba gostando e [no fim] dá tudo certo.*

Janete: *Porque nós também temos uma menina de dois anos e quando engravidei nenhum de nós dois queríamos. Então, quando a gente olha para ela e lembra, pensa: “que pecado, quando eu me engravidei não queria.” Então, a Patricia e a Carina tiveram a mesma situação. Ele falou: “se você quer, se isso vai te fazer bem...”*

Em seus depoimentos a família que acolheu Patrícia refletiu que a convivência, o empenho da adolescente e o apoio mútuo do casal, contribuiu para que adquirissem muita satisfação em terem recebido a sobrinha:

Janete: *Eu não me arrependo, olho para ela... e não me arrependo. Acho que o positivo foi eu ter conseguido ficar com ela. Obedece-me, é uma boa menina e eu não tenho o que falar. Mãe e filha sempre têm suas briguinhas...*

Roberto: *No meu caso, eu me surpreendi bastante, porque no começo, tudo que eu pensei que ela ia ser e acontecer até agora não foi e não aconteceu nada. Pelo contrario, logo me chamou de pai...*

Já para Rodrigo, a experiência não lhe trouxe sentimentos tão positivos:

...Hoje em dia eu não faria isso não. Porque, ao mesmo tempo em que [a criança] esta com você, não esta. Principalmente, no caso de acolher um menor, eles têm curiosidade de conhecer as pessoas [de sua própria família], o pai... a mãe...

Relação dos adolescentes com suas famílias de origem

Possivelmente por terem vivenciado diferentes experiências em famílias ou nos abrigos, os adolescentes fizeram críticas às suas mães e reconheceram que não houve mudança significativa na dinâmica familiar delas. Este fato contribuiu para não quererem retornar ao seu convívio e sim, no

futuro, constituírem sua própria família. Ao serem perguntados sobre a possibilidade de retornarem para a mãe, os adolescentes disseram:

Luis: Não pretendo porque o tempo em que eu estava lá, estava virando um alcoólatra também. Porque conforme ela bebia, eu bebia junto...

Patrícia:...Não consigo mais morar com a minha mãe e nem com meu pai. Não tenho mais vontade. Se fosse para morar com outra pessoa teria que ser eles [Janete e Roberto] mesmo. Até o resto da vida, até crescer, conseguir uma casa...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo é o jeito de caminhar*
Thiago de Mello

Chegar ao final desse trabalho, não é chegar ao final dessas histórias. Após ter lido o livro da Claudia Fonseca e ficar mais motivada a pesquisar sobre a circulação de crianças, não imaginava que iria me deparar com histórias de tantos sofrimentos. Esta pesquisa estudou crianças e adolescentes que circularam em virtude da ausência de proteção e de segurança.

A escolha desses casos não teve por norte chegar a esses indicadores. Como um dos objetivos era buscar elementos que contribuíssem para a implantação de um programa de famílias acolhedoras, um de seus critérios era que, para ser sujeito da pesquisa, a criança ou adolescente deveria ter uma história de circulação, na qual houvesse possibilidade de retorno ao convívio com sua família de origem. Porém, nos 31 processos judiciais cujas situações tratadas eram passíveis de estudo, em nenhum caso foi identificada tal situação, o que me levou a analisar casos cuja especificidade era apenas a circulação.

Quanto ao universo da pesquisa, considero que as peculiaridades do município contribuem para a circulação, pois por ser pequeno e possuir características interioranas favorece a aproximação entre as pessoas. Há maiores possibilidades de relacionamentos e ajuda mútua entre familiares e entre vizinhos. Por outro lado, as situações de alta vulnerabilidade são agravadas pela falta de emprego e de políticas públicas que ofereçam suporte para a superação dessa condição.

Ainda que não adequadas aos critérios preliminares, as histórias analisadas trouxeram elementos importantes de contribuição para um

programa de acolhimento familiar. Por exemplo, demonstrou a importância de, além do programa de acolhimento familiar, investir em um programa de subsídio familiar, no qual a família extensa (tios, avós, irmãos, padrinhos) teria um apoio técnico e financeiro, tendo em vista garantir um acolhimento com índices menores de estranhamento cultural, no que diz respeito às dinâmicas familiares.

Essas histórias mostraram que a circulação entre as famílias tem elementos benéficos - por ser um espaço muito mais propício para a manifestação dos sentimentos e desejos da criança ou adolescente que circula - mas que pode ter elementos nocivos ao ponto de trazer riscos para a criança. Em função disso os acolhimentos requerem um acompanhamento profissional permanente o que torna-o mais desafiante. Convém lembrar que, quem acolhe, geralmente pratica um ato voluntário, que muitas vezes não chega a ser formalizado, mas que merece algum tipo de acompanhamento técnico para avaliação das reais intenções do mesmo e de como a criança sente esse acolhimento.

Da mesma forma, o acolhimento institucional, pode ter indicação em determinadas situações e não em outras, em razão da garantia do direitos de toda a criança à convivência familiar e comunitária. Esse acolhimento deverá também ser monitorado para evitar riscos e, também , para garantir sua transitoriedade.

Outro aspecto bastante presente nos depoimentos foi o fato da rua ser também um espaço de circulação, menos protegido e do mais alto risco.

Demonstrou também a importância de se ter equipes técnicas que tenham uma intervenção focada na preservação dos vínculos familiares, seja quando a criança estiver com sua família de origem, seja quando, por alguma circunstância, ela estiver circulando junto a outras famílias, ou instituições ou, mesmo, nas ruas.

A pesquisa evidenciou também que, por mais que as famílias em questão tivessem recebido atendimento de organizações governamentais ou da sociedade civil, este não foi suficiente para evitar as sucessivas violações dos direitos daquelas crianças e adolescentes.

No referente à formalização, ou seja, à regularização da situação pela via do termo de guarda e responsabilidade expedido pelo juiz de direito, pode-se constatar sua importância para evitar que situações como a de Janete ocorram: sem o conhecimento da justiça ela foi acolhida por famílias que a exploraram através do trabalho.

Ficou evidente também a necessidade do esclarecimento para a população de que essa prática tão antiga e popular, de acolher uma criança ou um adolescente de outra família para ajudá-la, é solidária e pode ser benéfica. E que, ainda, a formalização dessa prática tem o intuito de trazer segurança para todos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. A. (organizadoras). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CURY, Munir; AMARAL E SILVA e OUTROS (organizadores). *Estatuto da Criança e do adolescente. Comentários jurídicos e sociais*, 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- FÁVERO, Eunice Teresinha. *Questão social e perda do poder familiar*. São Paulo: Veras, 2007.
- FERRARI, Dalka C. A. e VECINA, Tereza C. C. (orgs.). *O fim do Silêncio na Violência Familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse* in Dossiê: repensando a infância. Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.11-43.
- FRANÇA, Marina. *Famílias acolhedoras: alternativa de atendimento a população infante-juvenil que necessita ser retirada de sua família de origem?* Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HUTZ, Cláudio Simon (org.). *Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- MARTINELLI, M. L., ON, M.L. R. , MUCHAIL, S.T. (org.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995
- MAUÉS, Maria Angélica M., *Na "casa da mãe"/na "casa do pai": Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças*. São Paulo: Revista de Antropologia vol. 47 nº2, Jul/Dez 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS/CNAS, novembro de 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília/DF, dezembro de 2006.

RIZZINI, Irene (coord.); RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANICOLA, Lia. *As dinâmicas de rede e o trabalho social*/Lia Sanicola; [tradução Durval Cordas]. – São Paulo: Veras Editora, 2008. – (Serie livros-textos;3). Título original: *L'intervento com le reti sociali*.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana R. e VITALE, Maria Amália F. (org.): *Família: redes, laços e políticas públicas*. - 3ª ed. - São Paulo: Cortez: Institutos de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

SERRA, M.M.P. *O Brasil das muitas mães: aspectos demográficos da circulação de crianças*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

TIBA, Içami. *Quem ama, educa!* São Paulo: Ed. Gente, 2002.

VALENTE, Janete A. Giorgetti. *O acolhimento Familiar como Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Vídeo: *Ciranda, cirandinha; histórias de circulação de crianças em classes populares* (1994, 25 minutos)

Sites:

www.google.com

www.seade.gov.br

www.sp-turismo.com/grandesp

www.vargemgrandepaulista.sp.gov.br

www.wikipedia.com

ANEXO I

Dados coletados no processo

Dados da(s) criança(s)/adolescente(s):

Processo: _____/____

Nome: _____

1. Sexo: () F () M 2. Naturalidade: _____ 3. Cor: _____

4. D. nasc.: ____/____/____ 5. Idade quando foi acolhida: _____

6. Escolaridade: _____

7. Tem irmãos: _____

8. Caso sim, com quem residem? _____

Dados dos genitores:

Genitora: _____

9. Sexo: () F () M 10. Naturalidade: _____ 11. Cor: _____

12. D. nasc.: ____/____/____ 13. Profissão/Ocupação: _____

14. Escolaridade: _____

15. Estado civil: _____

16. Renda: _____

17. Vive com o genitor da criança/adolescente em tela: () sim () não

18. Bairro de moradia: _____

19. Configuração familiar:

Nome	idade	esc.	relig	ocupação	renda	parentesco

Escol.: 1- ensino f. inc.; 2. ens. Fund. Compl.; 3. ens. Méd. inc.; 4. ens. Méd. compl.; 5. ens. Sup. Inc; 6. ens. Sup compl

Religião: 1. Catól.; 2. Evang.; 3. não tem; 4. outro

20. Participa de progr. assistencial/transferência de renda? () não () sim () não consta. Qual? _____

Genitor: _____ ou () não consta () não localizado

21. Sexo: () F () M 22. Naturalidade: _____ 23. Cor: _____

24. D. nasc.: ____/____/____ 25. Profissão/Ocupação: _____

26. Escolaridade: _____

27. Estado civil: _____

28. Renda: _____

29. Bairro de moradia: _____

30. Configuração familiar:

Nome	idade	esc.	relig	ocupação	renda	parentesco

Escol.: 1- ensino f. inc; 2. ens. Fund. Compl.; 3. ens. Méd. inc.; 4. ens. Méd. compl.; 5. ens. Sup. Inc; 6. ens. Sup compl

Religião: 1. Catól.; 2. Evang.; 3. não tem; 4. outro

31. Participa de progr. assistencial/transferência de renda? () não () sim () não consta. Qual? _____

Dados do(s) guardião (s):

Nome: _____

32. Sexo: () F () M 33. Naturalidade: _____ 34. Cor: _____

35. D.nasc.: ____/____/____ 36. Profissão/Ocupação: _____

37. Escolaridade: _____

38. Estado civil: _____

39. Renda: _____

40. Bairro de moradia: _____

41. Configuração familiar:

Nome	idade	esc.	relig	ocupação	renda	parentesco

Escol.: 1- ensino f. inc; 2. ens. Fund. Compl.; 3. ens. Méd. inc.; 4. ens. Méd. compl.; 5. ens. Sup. Inc; 6. ens. Sup compl

Religião: 1. Catól.; 2. Evang.; 3. não tem; 4. outro

42. Participa de progr. assistencial/transferência de renda? () não () sim () não consta. Qual? _____

43. A criança tem parentesco com o guardião(s)? () N () S
Qual? _____

44. Por quanto tempo o adolescente viveu com os guardiões?

45. O adolescente já havia sido acolhido por outra(s) família(s)? Qtas? Período:

ANEXO II- Roteiro para entrevista

Criança/adolescente:

1. Você se lembra quando foi morar com seu guardião?
2. Sabe qual foi o motivo?
3. Você mantinha contato com a sua família? Por quê?
4. O que você esperava quando foi morar com aquela família guardiã e como foi?
5. O que você espera para o futuro?

Guardião (ã):

6. Em que data o adolescente foi recebido em sua casa?
7. Qual o motivo da vinda dele (a)?
8. A família mantinha contato com ele (a)? Conte como isso acontece.
9. Que dificuldades você encontrou pelo fato de cuidar de uma criança de outra família?
10. Quais os aspectos positivos que você vê nesse acolhimento?
11. Quais as suas expectativas?
12. Há outros casos de acolhimento na família? Quais?

Genitora:

13. Quando seu filho foi morar com outra família?
14. Qual foi o motivo?
15. Você já conhecia a família que estava cuidando do seu filho?
16. Você mantinha contato com ele? Caso não, por quê?
17. Que expectativas tinha em relação a você e seu filho?
18. Na sua família existe outros casos de acolhimento familiar?

Padrasto:

19. Quando seu enteado foi morar com outra família?
20. Qual foi o motivo?
21. Você já conhecia a família que estava cuidando do adolescente?
22. Você mantinha contato com ele? Caso não, por quê?
23. Que expectativas tinha em relação ao seu enteado?
24. Na sua família existe outros casos de acolhimento familiar?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)